



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

GUILHERME SIQUEIRA CORDEIRO

**O governo regional de Getúlio Vargas
e a pacificação do Rio Grande do Sul
(1928-1930)**

Brasília
2023

GUILHERME SIQUEIRA CORDEIRO

**O governo regional de Getúlio Vargas
e a pacificação do Rio Grande do Sul
(1928-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Humanas da Universidade
de Brasília como requisito parcial para obtenção
do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ione Oliveira

Brasília

2023

Agradecimentos

Pela atenção, segurança, carinho e paciência, agradeço à minha família. Ao meu pai, Gerson, e minha mãe, Clarissa, não apenas pelos últimos meses da preparação deste trabalho, mas pelos quase cinco anos de graduação. Obrigado por tudo.

Agradeço também aos professores e professoras que passaram pelo caminho. A três delas em especial, historiadoras que me ensinaram e ainda ensinam muito. À professora Ione de Fátima Oliveira agradeço pelos livros, conversas, correções e sugestões de autores e textos que certamente ainda me acompanharão por um tempo. Tenho sorte em tê-la como orientadora. À professora Teresa Cristina de Novaes Marques agradeço pelas oportunidades, pela confiança e parceria de sempre. Mesmo que indiretamente, há muito da professora Teresa neste trabalho. Agradeço, por fim, à minha irmã Cecília Siqueira Cordeiro, que sempre foi inspiração. Foi vendo o seu trabalho sério, dedicado e a paixão com que fala de História que pouco a pouco me vi, às vezes de propósito, muitas vezes sem querer, seguindo os seus passos. Sou grato por ter compartilhado tanto comigo, inclusive as partes mais sentidas do trabalho de historiador.

Agradeço ainda a meus amigos pela lealdade que nem sempre mereci. À Maria Paula, Guilherme e Renan pelos ouvidos atentos, conversas, críticas e, sobretudo, pela compreensão. Muito obrigado.

Finalmente, lembro com carinho dos meus avós: para mim, o próprio Rio Grande do Sul em forma de gente. Ao meu avô João Carlos, com quem pouco convivi, pela alegria memorável de encontrar em sua biblioteca, entre tantos do Veríssimo, uma cópia perfeita das **Memórias** de Neves da Fontoura. À minha avó Yara, companheira de todas as horas, pelo orgulho, cuidado e lembranças. Ao meu avô Osvaldo, xavante, pelas brincadeiras e histórias que chegaram até mim. À minha avó Luci pelas conversas de sempre e por ser, hoje, o melhor dicionário do *gauchês* que um aspirante a historiador poderia desejar.

Resumo

Este trabalho tem por objeto o governo Vargas no Rio Grande do Sul da Primeira República. Trata dos dois anos em que o gaúcho de São Borja foi presidente estadual e empreendeu, desde o Palácio do Governo, rupturas e continuidades sentidas para com a gestão de seu antecessor, Borges de Medeiros. No intuito de melhor compreender esse recorte bastante curto, mas não vazio de acontecimentos, sugerimos uma abordagem que privilegie as ações concretas e arranjos políticos capitaneados pelo novo presidente dos gaúchos no sentido da pacificação regional. Demanda antiga num Rio Grande de conflitos. Identificamos na agenda conciliadora uma marca registrada da experiência regional de Getúlio Vargas e é por meio desta que pensamos fazer conhecer esse governo e seus contextos, regional e nacional, bem como os principais acontecimentos e personagens que permeiam essa história.

Palavras-chave: Primeira República, Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas.

Abstract

The following work finds its object in the Vargas administration at the state of Rio Grande do Sul in the course of the First Brazilian Republic. It's about the two-year span in which the southern politician of São Borja was state governor and worked, from the Palácio do Governo, both ruptures and continuities towards its antecessor, Borges de Medeiros. In order to better comprehend this short term period, even though not meaningless, we did suggest an approach that looks deep into the concrete actions and political arrangements led by Rio Grande's governor in an effort to conciliate such a belligerent state. We did identify on the reconciliatory agenda a significant trademark of Getúlio Vargas' regional exposure thus the thought of making it known by its backgrounds, facts and characters.

Keywords: First Brazilian Republic, Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	06
1. Um Rio Grande de conflitos	09
2. Os anos de formação e a experiência regional	11
3. A caminho do Piratini	16
4. O sabor das coisas inéditas	19
5. Lisura nas apurações, cavalheirismo na vitória e na derrota	22
6. Das alianças políticas em tempos de Café com Leite	25
7. A Frente Única Gaúcha	33
8. Um adendo para falar de economia	40
9. Dos escombros do borgismo	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
FONTES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

Introdução

Não é fácil escrever sobre Getúlio. Essa não é uma citação direta de nenhum dos autores aqui lembrados, mas bem poderia ser. “Não é fácil escrever sobre Getúlio”, poderiam ter dito Lira Neto, Boris Fausto, Maria Celina Soares D’Araújo e tantos outros; autores e autoras que aceitaram o desafio de contar a história de Getúlio Dornelles Vargas. Desafio tremendo, quer pelas contradições e ambiguidades que rodeiam essa figura, quer pela própria abundância de fontes que se tem à disposição. Maldição e benção de quem escreve sobre um objeto histórico.

Teria o tema se esgotado? Que mais se pode dizer daquele que foi, possivelmente, o mais importante personagem da história brasileira do século XX? Ora, problema maior seria o de não ter fontes às quais recorrer. Não é o caso. Com efeito, os próprios autores das biografias e dos artigos que se debruçam sobre o tema assinalam, não raro, lacunas nessa História. Há, a despeito de tudo o que já foi escrito, espaço para novas interpretações, novos olhares e novas fontes que possam lançar luz a tantas mais interpretações sobre Getúlio Vargas, o Varguismo e seus paralelos para com a História do Brasil. Nada mais apropriado em se tratando de um homem que gostava mais de ser interpretado do que ter de se explicar. É justamente na expectativa de nos aproximarmos de uma das ditas “lacunas” nos estudos da vida política de Vargas – a saber, os anos pré-1930, da formação e experiência regional – que ganha vez este Trabalho de Conclusão de Curso.

Intitulado **O governo regional de Getúlio Vargas e a pacificação do Rio Grande do Sul (1928-1930)**, esta monografia tem um recorte temporal bastante curto, mas não vazio de acontecimentos: os dois anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do estado do Rio Grande do Sul, de onde só sairia para comandar a Revolução que poria fim à Primeira República no Brasil. Fato é que, antes de tornar a República velha¹, Getúlio tratou de tornar obsoleta a velha política do seu próprio estado. É sobre esse Getúlio, presidente eleito dos gaúchos, e o seu governo a nível estadual, com nem tão breves incursões ao contexto maior da política rio-grandense e seus principais atores, que procura refletir meu TCC.

¹Uma república tornada velha. É assim que a professora Angela de Castro Gomes apresenta a Primeira República do Brasil (GOMES, 2011). Em sua “história da história do Brasil” a autora aponta algo fundamental: não há nada de ingênuo nessa nomenclatura. O “velho”, aqui, é taxativo, símbolo de um Brasil que deu errado; a República era “velha” à exata medida em que uma outra, “nova”, ganhava forma. Significados construídos à posteriori, por atores e autores do pós-1930.

Para tanto, é através de um eixo específico da política regional varguista que pensamos abordar esse governo: sob o signo da pacificação regional. Nesse sentido, buscamos localizar e compreender as ações concretas e os arranjos políticos arquitetados pelo presidente Vargas e seu estado-maior na medida em que visavam a conciliação efetiva do Rio Grande do Sul, demanda antiga em uma terra marcada pelo conflito. O texto que se apresenta é dividido em nove tópicos ou sessões, e vai mais ou menos assim.

O primeiro tópico, “Um Rio Grande de conflitos”, busca localizar nossa história e suas personagens em um contexto de rivalidades e conflito, guerra e degola. A ideia é fazer saber os motivos que, afinal, tornavam tão urgente e significativo esse plano de pacificação proposto por um político que, se por um lado tinha lá seus compromissos e filiações claras, por outro sabia bem as consequências de se crescer em uma terra dividida.

Os dois tópicos seguintes, “Os anos de formação e a experiência regional” e “A caminho do Piratini”, servem ao propósito de acompanhar a experiência político-partidária de Getúlio. Tentamos encontrar, aqui, os primeiros acenos feitos pelo então parlamentar e ministro àquela que viria a ser sua principal pauta enquanto chefe do executivo estadual.

As sessões 4 e 5, por sua vez, trazem um Getúlio mais experiente, habilidoso e ciente de sua recém adquirida projeção nacional. Crescem as expectativas em torno de seu nome e, com elas, as ambições ainda não de todo reveladas de um político cada vez mais confortável e comprometido com as bandeiras assumidas pelo caminho. Abordamos o início de sua breve estadia no Palácio do Governo, em Porto Alegre, e suas ações concretas no sentido de cumprir as promessas de pacificação e progresso regional. Outrossim, têm destaque o difícil arranjo político encontrado junto às velhas raposas do PRR e o afastamento calculado de uma nova geração de republicanos frente a lideranças partidárias já nem tão carismáticas assim. Enfim, “O sabor das coisas inéditas” e “Lisura nas apurações, cavalheirismo na vitória e na derrota”.

O tópico 6, “Das alianças políticas em tempos de Café com Leite”, foge um pouco de nosso recorte regional. Sem embargo, nossa visita ao eixo Rio-São Paulo serve ao propósito de caracterizar as coalizações políticas na forma com que essas eram costuradas na Primeira República do Brasil. Movimento semelhante ao que se tentava replicar no distante Rio Grande do Sul – em que pesem, é claro, suas particularidades. É neste momento do texto que ensaiamos algum tipo de aproximação metodológica para com uma corrente historiográfica que julgamos fundamental: a recente leva de trabalhos que propõe uma necessária revisão da chamada República Velha; autores e autoras como a já citada Angela de Castro Gomes e a professora Cláudia Viscardi.

Finalmente, chegamos à “Frente Única Gaúcha”, aqui retratada como a grande epítome de um plano maior de pacificação regional; frente ampla sem a qual a prometida reconciliação jamais seria possível. A coalizão, bem à moda da Primeira República, teve termos e condições difíceis de se concretizarem, mas foi indispensável para viabilizar não apenas o fim das hostilidades históricas como também o clima de trabalho e progresso que alimentou a mística varguista daqueles anos. Sem embargo, foi a coesão interna propiciada pela FUG uma das principais responsáveis pelo lançamento da chapa Vargas-Pessoa, em 1929.

Os últimos dois tópicos deste trabalho, “Um adendo para falar de economia” e “Dos escombros do borgismo”, propõem uma análise do imprescindível fator econômico-financeiro nas tratativas de paz para com uma oposição que se dizia liberal. Aqui, são flagrantes as medidas intervencionistas do estado e ações concretas do setor público na concessão de crédito, financiamentos, empréstimos e incentivos vários a uma indústria incipiente e carente de um plano econômico moderno e, porque não, desenvolvimentista (FONSECA, 2004).

1. Um Rio Grande de conflitos.

Aos poucos o quadro se foi formando. Era pintado em três cores apenas: verde, vermelho e amarelo, as cores farroupilhas. O Rio Grande nascera *peleando*. Lutara para ser brasileiro, lutara para se conservar brasileiro e lutará sempre para que o Brasil continue a ser Brasil.

O gaúcho pintara com o vermelho de seu sangue as verdes coxilhas dos pampas e sobre elas o sol derrama todos os dias novas fontes de vida. É essa a bandeira de minha terra: solo, sangue e sol (PEIXOTO, 1960, p.3).

No regionalismo gaúcho, peleia é briga, luta entre forças opostas, contenda. Pois é pelas peleias que se conta a história do Rio Grande do Sul. Desde os tempos da Colônia, passando pelo Império e pela República, o estado foi palco de alguns dos conflitos mais violentos da História do Brasil. Foi ali que se deu a Revolução Farroupilha (1835-1845), que se travaram batalhas decisivas da Guerra do Paraguai (1864-1870), que ganharam forma a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução (mais uma) de 1923. É a partir desse contexto, de um estado historicamente castigado pelas rivalidades e pelo conflito, guerra e degola², que escreve dona Alzira Vargas (1914-1992), autora da citação que escolhemos para iniciar este tópico.

Em **Getúlio Vargas, meu pai** (PEIXOTO, 1960), a favorita dos cinco filhos do presidente, sua futura auxiliar de gabinete e confidente de todas as horas, traça um retrato passional do homem que todos discutem e poucos entendem: Getúlio Dornelles Vargas. Ainda que o trabalho deva ser lido com alguma discrição – trata-se, afinal, de uma filha a falar do próprio pai – abordamos seu texto não pelo que nos conta de Getúlio, mas pela forma com que descreve o Rio Grande do Sul. Alzira Vargas traz, em suas memórias de infância, a verdadeira experiência republicana dos gaúchos naquele começo de século XX. Da herança pesada de crescer em uma terra dividida, relata:

Comecei a observar em torno de mim e a fazer perguntas. Por que havia desespero e ódio em tantas fisionomias? Por que não podia cumprimentar certas pessoas? Por que janelas se fechavam silenciosamente e outras se abriam ostensivamente? Por que não podia usar vestidos de cor vermelha? Por que uma cidade pequena como São Borja se dava ao luxo de possuir dois clubes sociais? Por que só podíamos entrar em um e devíamos virar o rosto quando éramos obrigados a passar em frente ao outro? Por que somente uma

² Aqui entendo que há margem para confusão. Degola, no contexto da Primeira República no Brasil (1889-1930), pede uma associação quase que imediata com a não aprovação, a consequente não diplomação pelas Comissões Verificadoras de Poderes, de candidatos eleitos nas urnas. Dos tempos em que a República ainda era Velha. A degola a que nos referimos, entretanto, não é a da “decapitação” promovida por uma comissão verificadora na Câmara dos Deputados. A degola, no Rio Grande do Sul, é aquela que não leva aspas; do corpo sem cabeça e da violência generalizada. “O golpe de misericórdia em estilo gaúcho” (LOVE, 1971, p.55).

parte da família de minha avó, do ramo Dornelles, tinha relações conosco? Por quê? (PEIXOTO, 1960, p.2,3)

Afinal, o clima político tenso acusado pela autora não era exclusividade alguma da modesta São Borja (reduto dos Vargas cidade às margens do Rio Uruguai). A bem da verdade, esse cenário bem armado se fazia sentir em todo o estado; ferida ainda aberta da sangrenta Revolução Federalista, travada logo nos primeiros anos de República.

A guerra civil, um dos conflitos mais violentos entre os tantos que experimentou o Rio Grande do Sul, afundou os gaúchos em divergências políticas que pareciam incontornáveis. De um lado os *chimangos*, republicanos liderados por Júlio de Castilhos, do outro, os *maragatos*³, federalistas e seus inconfundíveis lenços vermelhos, comandados pelo sempre carismático Gaspar Silveira Martins. Dona Alzira, é claro, não era nascida quando dessa peleia, mas traz consigo o testemunho de uma de suas consequências mais sentidas: na luta fratricida, famílias inteiras foram divididas pela cisão política profunda daqueles tempos. Famílias como os Dornelles e os Vargas⁴.

Não obstante, foi nesse Rio Grande de conflitos que nasceu Alzira Vargas e fora esse o Rio Grande que Getúlio, seu pai, tentaria transformar desde o Palácio do Governo, em Porto Alegre. Fato é que, ao longo de todos os seus anos de política regional, a pacificação do estado foi sempre assunto da maior importância para o gaúcho de São Borja. Nas palavras de Boris Fausto:

Getúlio, porém, não se dilacerou com essa divisão [da família, do estado]. Ao contrário, pelo muito que tinha de violenta e de negativa, talvez ela tenha mesmo contribuído para sua tendência à conciliação, marca – ainda que não exclusiva – de seu talento político (FAUSTO, 2010, p.23).

Talento. De fato. Getúlio Dornelles Vargas é sinônimo de política bem-feita, e foi assim que, serenamente, saiu da vida para entrar na história: afável pessoa, habilidoso político, sujeito paciente e, sobretudo, conciliador. É no intuito de localizar esse perfil mais conciliador de

³ Do tempo em que os gaúchos haviam perdido ou esquecido os respectivos nomes, mas tinham vários apelidos à ponta da língua. Chimango é uma ave da região Sul e os republicanos eram assim chamados pelo lenço branco que carregavam ao peito (o branco da legalidade, diziam, em oposição ao vermelho dos rebeldes federalistas). O termo Maragato, por sua vez, faz alusão ao fato de que muitas das divisões a acompanhar Silveira Martins em sua revolta procediam de partes da banda uruguaia colonizada por espanhóis da Maragatería, região norte daquele país (FAUSTO, 2010, p.19).

⁴ Manuel do Nascimento Vargas, veterano da Guerra do Paraguai e estancieiro de algumas posses, era uma liderança republicana histórica em São Borja. Os Dornelles, por sua vez, integraram ali as fileiras federalistas quando da Revolução. Não foram poucos os embates entre os dois ramos da família e a paz só foi de fato selada anos depois, quando o velho Modesto, tio de Getúlio, decretou naquilo que pensava ser o seu leito de morte: “não se briga mais com os Vargas. Sigam o Getúlio” (FRISCHAUER, 1943, p.225).

Getúlio que recorremos aos anos de formação e à experiência regional do homem que, antes de mais nada, era gaúcho (e da Fronteira).

2. Os anos de formação e a experiência regional.

Se a carta-testamento de 1954 é o ápice documental de Vargas, uma outra carta, dessa vez endereçada ao senador Pinheiro Machado, é tida como um dos primeiros atos político-partidários do futuro Presidente. O documento de 1907, escrito em nome da mocidade republicana em solidariedade a “um dos mais simpáticos vultos da política brasileira”, nos interessa, todavia, mais enquanto marco temporal do que fonte⁵. É justamente no ano de 1907 que Getúlio Vargas entra de vez para os quadros do Partido Republicano Rio-Grandense. É aqui que começa nossa história.

Ao lado de nomes como Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Flores da Cunha (todos gaúchos importantes, daqueles que dão hoje nome a cidades e ruas pelo interior do estado), Getúlio integrou a ala jovem do PRR atuando na linha de frente da campanha eleitoral daquele ano: a vitória nada tranquila de Barbosa Gonçalves, candidato do Partido, sobre o outrora correligionário Fernando Abbot, lançado pela oposição. Na ocasião, a oratória e dedicação de um recém-formado Getúlio chamaram a atenção de Antônio Augusto Borges de Medeiros⁶, líder maior dos republicanos e herdeiro direto de Júlio de Castilhos. Sob a tutela do chefe político, Dr. Getúlio foi eleito sem dificuldades para a Assembleia dos Representantes (a assembleia legislativa gaúcha) em 1909 e reeleito no ano de 1913. Era, afinal, o candidato do governo numa época em que o situacionismo dificilmente saía derrotado de um pleito.

O segundo mandato parlamentar de Vargas foi, no entanto, breve. Como forma de protesto a uma decisão autoritária de Borges – a saber, a interferência nas eleições municipais de Cachoeira do Sul, berço político do amigo Neves da Fontoura –, Getúlio abriu mão de assumir uma cadeira na Assembleia gaúcha e retornou a São Borja para se dedicar exclusivamente ao Direito. O desgaste entre os Vargas e Borges de Medeiros foi profundo e pôs à prova todo o jogo de cintura que, em um futuro nem tão distante, seria essencial para as

⁵ Quem trabalha com a carta é o jornalista Marcio Santos-Fernandes, em artigo intitulado *Getúlio Vargas antes do Varguismo: caudilhismo e ideologia (1907-1930) a caminho do Catete* (2011).

⁶ Borges de Medeiros foi figura incontornável na política gaúcha da Primeira República e esteve à frente do Executivo estadual por quase 30 anos (entre 1898 e 1928, com um breve hiato entre 1908 e 1913, justamente os anos em que Barbosa Gonçalves esteve no poder). Sobre essa interessante personagem histórica ver a biografia **Borges de Medeiros** (1990), da historiadora gaúcha Sandra Pesavento.

pretensões do ainda jovem político gaúcho⁷. O ostracismo voluntário já durava quatro anos quando, em 1917, a pedido do próprio líder chimango, Getúlio aceitaria ter o seu nome novamente incluído na lista de candidatos do PRR. Sairia, mais uma vez, para deputado estadual.

A segunda passagem pelo Legislativo foi decididamente movimentada. Gozando mais uma vez de boas relações com a chefia republicana, Vargas assumiria a importante – e um tanto problemática – função de líder da maioria na Assembleia⁸. É a partir desse papel de destaque que podemos identificar nos discursos e posicionamentos do deputado os primeiros movimentos abertamente conciliadores de sua parte; acenos inéditos à oposição que passariam a acompanhá-lo por toda sua experiência na política estadual.

A seguir, chamamos a atenção para uma fala de outubro de 1917 em que Getúlio Vargas conclamava os colegas parlamentares a deixarem suas diferenças de lado para que, em coro, “conforme seu temperamento de altivez e de tolerância”, demonstrassem o apoio do estado do Rio Grande do Sul à Declaração de Guerra assinada pelo Presidente da República. Entre gritos de vivas e felicitações de correligionários e deputados federalistas, o comovente discurso se encerrava assim:

É interpretando esses sentimentos que venho apresentar esta moção de solidariedade ao Presidente da República, esperando que seja aprovada por todos os representantes do Estado (...)

Embora haja aqui representantes políticos divergentes, espero agora o que tem acontecido nos outros países agitados pela grande crise, vendo-se os representantes de todos os credos religiosos ou tendências filosóficas, ante o sentimento de perigo comum, unirem-se sob a mesma bandeira (Palmas no recinto e nas galerias).⁹

⁷ A pendenga foi feia e Borges não pouparia esforços (nem recursos) para interferir nos rumos políticos da pequena São Borja. Na ocasião, o então presidente do estado demonstraria apoio público a inimigos locais dos Vargas e faria insinuações perigosas de que Viriato, irmão de Getúlio, teria assassinado um desafeto seu na cidade – o que, ao que tudo indica, de fato aconteceu. Com o tempo, entretanto, os ânimos se acalmariam no seio da oligarquia gaúcha e o chefe republicano abriria mão de qualquer pretensão a antagonizar os Vargas em âmbito municipal (FAUSTO, 2010, p.27).

⁸ Problemática pois, na tradição castilhistas pura, não havia espaço para lideranças num Legislativo esvaziado de poderes. Sob o risco de passar aos opositores a “falsa imagem” de uma legenda dividida, não havia na Assembleia (ao menos não de forma expressa, diplomada) uma liderança clara. A questão é antiga: já “na Assembleia Nacional Constituinte de 1890, a delegação gaúcha procurou sustentar que o partido não tinha chefe” (LOVE, 1971, p.41). Na prática, entretanto, a suposta horizontalidade do PRR não passava de ficção e seria definitivamente abandonada com o passar dos anos.

⁹ 30ª Sessão em 27 de outubro de 1917, p.124. In: **Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)** / Getúlio Dornelles Vargas; org. por Carmen Aita e Gunter Axt. 2ª edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

Se, por um lado, a transcrição da sessão de outubro torna flagrantes as intenções centralizadoras da maioria no legislativo gaúcho, ela o faz a partir de circunstâncias bastante incomuns. Eram os tempos de guerra e o Brasil (tal qual o Rio Grande do Sul), estava envolto na atmosfera de incertezas que só mesmo uma “grande crise” é capaz de proporcionar.

É preciso, todavia, entender o discurso de Vargas, bem como a resposta entusiasmada dos colegas parlamentares, não enquanto reações políticas isoladas num momento de clara anormalidade. O tom apaziguador com que falava Getúlio Vargas era, a essa altura, o cartão de visitas de um político habilidoso e cada vez mais confortável com o grande palco da política regional.

A fama de político conciliador acompanha Getúlio pelo menos desde 1917, confirmando-se em 1923. Com o clima político tenso na Assembleia gaúcha, Borges de Medeiros recorreu pessoalmente, e de forma insistente, ao político de São Borja, a fim de que este defendesse seu governo e tentasse amenizar os confrontos entre maioria e minoria (SANTOS-FERNANDES, 2011, p.4).

O que não sabia Getúlio (nem pudera) era que dentro em pouco o Rio Grande do Sul estaria mais uma vez à beira de um confronto armado e que o próprio parlamentar, tão comprometido com a causa da conciliação regional, seria o pivô de mais essa peleia. O contexto: as eleições estaduais de 1922.

Após pouco mais de duas décadas à frente do Executivo, Borges de Medeiros começaria a sofrer considerável desgaste à medida em que as críticas (de antigos adversários, é verdade, mas também de aliados próximos) faziam-se gradualmente mais agudas. Pesavam sobre ele, em especial, o mau desempenho da economia e a rigidez tipicamente caudilhesca com que tratava os opositores. Quem resume bem as dificuldades enfrentadas por Borges naqueles anos é Nelson Boeira, em capítulo de **O Positivismo** (2007), organizado por Héglio Trindade. Ainda que o autor gaúcho tenha por foco perspectivas ideológicas, isto é, uma história das ideias (o positivismo no “Rio Grande de Augusto Comte”), é possível inferir de seu texto algumas das demandas bastante práticas que se colocavam diante do dirigente republicano a partir do seu terceiro mandato. São elas:

O enfraquecimento da posição do Rio Grande do Sul na política nacional com a morte de Pinheiro Machado, a multiplicação da dissidência dentro do PRR em nível municipal, as reivindicações econômicas crescentes das áreas coloniais (nem sempre acompanhadas de tradução política), as dificuldades de capitalização e comercialização da economia regional, as pressões da industrialização e urbanização incipiente e o aparecimento de um proletariado politicamente ativo (TRINDADE, 2007, p.398).

Fato é que o tradicional líder não estava pronto para deixar o poder e, em resposta obstinada às críticas, já movimentava a máquina partidária em função das eleições daquele ano. Não obstante, com o ambiente político cada vez mais tenso, também se mobilizava a oposição, ampla e mais coesa do que nunca. Pelos federalistas, Assis Brasil¹⁰ disputaria o pleito com chances reais de derrubar a *ditadura* de Borges¹¹. Não foi, todavia, o que aconteceu.

Em eleições marcadas pela violência e por denúncias de fraude de ambos os lados, o resultado inicial da apuração apontava para a vitória do candidato do PRR. Inconformada, parte da oposição (uma minoria barulhenta na Assembleia) exigiu a recontagem dos votos, ao que foi criada, por fim, uma Comissão de Constituição e Poderes encarregada de proclamar o candidato vencedor. Faziam parte dessa Comissão os deputados republicanos Ariosto Pinto Correia, José de Vasconcelos e Getúlio Dornelles Vargas. Ainda que o último jamais tenha admitido qualquer irregularidade na recontagem dos votos, há de se reconhecer a feliz coincidência (ao menos para um dos lados da disputa) de se ter reunidos ali, a julgar o mérito de uma eleição suspeita, homens da confiança de Borges de Medeiros. Sem afirmar nada, com o auxílio das fontes, deixemos assim:

Vargas estava preso à gratidão a Borges de Medeiros, não apenas em função da sua ascensão política, mas porque o Superior Tribunal do Estado concedera o desaforamento do processo a que respondia seu irmão Viriato, pelo brutal assassinato, em São Borja, do médico Benjamim Torres (AXT, 2002, p.121).

Seja como for, gratidão ou competência, não seria a primeira nem a última vez que um político gaúcho recorreria à “alquimia eleitoral” para assegurar os resultados de um pleito. Borges de Medeiros estava eleito para um quinto mandato à presidência do estado; para a oposição, esgotadas as vias legais, restavam as armas. Liderados por Assis Brasil e pelo célebre general Menna Barreto, os federalistas (por vezes *assistas*) organizaram suas forças no intuito de depor o presidente dos gaúchos pelo caminho da revolução. Mais uma revolução.

¹⁰ Também figura da maior importância nas cenas políticas estadual e nacional. Republicano de primeira hora, cunhado do próprio Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil foi, no entanto, pouco a pouco, aproximando-se da oposição federalista/ libertadora no Rio Grande do Sul. Candidato pela oposição em 1922, esse influente personagem regional ainda teria papel de destaque nos rumos da política gaúcha daqueles anos.

¹¹ A *ditadura*, aqui, deve ser entendida num duplo sentido. Por um lado, há a ditadura positiva, prevista nos escritos de Comte. Nesse caso, trata-se de um governo de exceção, temporário, que deveria vigorar de forma limitada conquanto a ordem não encontrasse o progresso. É essa a *ditadura* que Júlio de Castilhos traz, implicitamente, na Carta de 14 de julho, mais precisamente em seu artigo 6º (PINTO, 2019, p.257). É claro que, passadas quase três décadas no poder e pleiteando uma terceira reeleição consecutiva, Borges de Medeiros passaria a ser chamado de ditador pela oposição, mas dessa vez a rigor da palavra.

Por todo o Rio Grande do Sul espalhava-se o temor de que um novo conflito armado trouxesse à tona os horrores da última guerra e que afundasse o estado, afundasse os gaúchos, mais uma vez, numa espiral de violência e rivalidades; os dois lados se preparavam para o agora inevitável choque de forças. Getúlio Vargas, nomeado a toque de caixa tenente-coronel, fora incumbido pelo próprio Borges de um destacamento na Fronteira, ainda que não tenha tomado parte na peleia: foi chamado, às pressas, para assumir uma cadeira como deputado federal em ocasião da morte do parlamentar gaúcho Rafael Cabeda. Sem o tenente-coronel Getúlio, o conflito se estendeu por todo o ano de 1922 e só teria fim quando do Tratado de Pedras Altas, assinado no ano seguinte¹². Dessa conciliação, entretanto, Vargas exerceria papel apenas secundário desde a distante capital federal.

A passagem do gaúcho pela cena nacional, vale dizer, não representou necessariamente uma ruptura plena para com as características que marcaram sua atuação regional: iria ao Rio de Janeiro, mas iria em missão de paz. É verdade que o Rio Grande andava em maus-termos com o Governo Federal pelo menos desde o episódio da fracassada Reação Republicana¹³. Outrossim, para piorar ainda mais a situação do estado perante o Catete, havia a real possibilidade de o presidente Arthur Bernardes, o *Seu Mé* das marchinhas, decretar uma intervenção federal em meio à crise que se agravava no Sul do país.

Havia, é claro, muito trabalho a ser feito, mas, por sorte, Getúlio parecia ser o homem certo a fazê-lo. Num ambiente hostil como o da capital, o republicano fez o que sabia fazer de melhor: política. Em pouco tempo, Vargas seria líder da bancada gaúcha na Câmara, membro de importantes Comissões pela Casa (a Comissão de Reforma Constitucional, em 1925, a Comissão de Finanças, em 1926) e Ministro da Fazenda do *paulista* Washington Luís – o mesmo “mestre e amigo” que, anos depois, seria apeado do poder pela Revolução.

¹² O tratado poria fim à luta armada e, eventualmente, à ditadura de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. O acordo previa o fim das reeleições, das indicações arbitrárias a cargos públicos e a revisão da Constituição estadual de 1891, ao que consta escrita pelo próprio Júlio de Castilhos e fundamentalmente alinhada com os ideais republicanos-castilhistas defendidos pelo PRR. Quem comenta a Constituição de 14 de julho é o jurista e historiador Francisco Madeira Pinto (2019), que ali encontra as bases de um autoritarismo constitucional sem paralelos para com as demais cartas estaduais ou mesmo a Constituição Federal de 1891.

¹³ A Reação Republicana foi um movimento político articulado em torno da candidatura do fluminense Nilo Peçanha contra o nome oficial do Catete, o mineiro Arthur Bernardes, nos anos de 1921 e 1922. A Reação tinha em seu manifesto e programa bandeiras diversas, ainda que o elemento que melhor sintetizasse a plataforma nilista fosse o sentimento de insatisfação ante a dominação política e econômica do eixo Minas-São Paulo. A Reação foi apoiada pelas principais oligarquias de segunda grandeza (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), por parte significativa da oficialidade, pela imprensa antibernardista e por setores civis. Em nome dos “verdadeiros princípios republicanos”, isto é, contra a degeneração do sistema federalista, mas sem propor uma ruptura completa para com o modelo vigente. “A meta das facções dominantes desses estados era assim a maior participação no sistema federalista implantado com a Constituição de 1891, o que só se tornaria viável através da melhor repartição do poder entre os diferentes grupos regionais” (FERREIRA, 1993, p.13).

Em suma, os anos no Rio de Janeiro consolidaram a fama de bom político e permitiram ao gaúcho das Missões estabelecer contatos e alianças (mas também inimizades e suspeitas) que seriam decisivas para a concretização de suas pretensões futuras, ainda não de todo reveladas. Ao homem cujas portas que não buscava “abriam-se convidativamente de par em par” (PEIXOTO, 1960, p.6), mais uma oportunidade: Getúlio Vargas estava a caminho do Piratini¹⁴. Faltava combinar com quem mais pudesse interessar.

3.A caminho do Piratini.

Ainda que sem êxito na pacificação plena do Rio Grande do Sul, o tratado de Pedras Altas apresentou importante ponto de inflexão na cena política gaúcha da Primeira República. Para além de dar cabo à luta armada, o pacto de 1923 lançaria as bases para o que seria o fim das quase três décadas em que Antônio Augusto Borges de Medeiros esteve à frente do Executivo local. A bem da verdade, o que previa o documento – assinado sob a tutela do próprio ministro da guerra, o general gaúcho Setembrino de Carvalho – era o fim das reeleições a cargos públicos por todo o estado. Na prática, todavia, a mensagem era uma só: era hora de fazer um sucessor.

Mas se a escolha do novo presidente estadual parecia ponto pacífico entre boa parte dos republicanos (mesmo da oposição, arrebatada pelos dotes políticos do Dr. Getúlio), não o foi para Borges de Medeiros. Getúlio Vargas não era prioridade para o grande líder.

É curioso como Getúlio, sempre preocupado em construir relações amistosas com os federalistas (a partir de 1928, Libertadores), teria mais dificuldades em conseguir o apoio da própria base que da oposição. Formado junto à mocidade republicana, o político de São Borja fazia parte da chamada *geração de 1907*, grupo de promissores políticos gaúchos que, apesar da pouca idade, gozavam de genuíno e crescente sucesso na política regional¹⁵. Fato é que, à medida em que pediam passagem as novas lideranças, ficava cada vez mais evidente que um

¹⁴ Tomamos a liberdade. Oficialmente, o Palácio Piratini ganharia esse nome apenas em 1955, por recomendação do Instituto Histórico e Geográfico do estado. A mudança de nome, por sinal, faz parte de uma longa e interessante história envolvendo o sem número da Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Matriz, em Porto Alegre. Construção faustosa, de ornamentos finos e estilo francês, a sede do governo gaúcho esteve em obras por mais de meio século devido a constantes interrupções. Nas palavras de Alzira Vargas, primeira moradora da ala residencial do edifício: “o Palácio e a Catedral de Porto Alegre, um ao lado da outra, apostavam, fazia anos, qual ficaria pronta mais tarde. Ambos sofriam da mesma doença: falta de recursos” (PEIXOTO, 1960, p.38).

¹⁵ A expressão “geração de 1907” é de Joseph Love, autor do clássico **O Regionalismo Gaúcho** (1971). Termo e autor são bastante lembrados pela historiografia que se debruça sobre o tema. Trabalho incontornável em se tratando da Primeira República no Rio Grande do Sul.

conflito de gerações, interesses, anseios e ideias, ganhava corpo nas fileiras do Partido Republicano. O PRR enfrentava questões internas após décadas de uma hegemonia que parecia inabalável.

Nesse contexto de inegável tensão partidária, é sintomático que Borges de Medeiros tenha buscado o sucessor justamente na velha guarda republicana¹⁶. Segundo Paul Frischauer, um dos biógrafos de Getúlio (jornalista austríaco que testemunhou *in loco* muito daquilo que nos conta), o grande favorito a assumir a presidência do estado era o Dr. Sérgio de Oliveira, então prefeito da importante cidade de Uruguaiana, no Oeste gaúcho (FRISCHAUER, 1943, p.218). Dr. Sérgio, todavia, não convenceu: a aproximação de Getúlio Vargas com o presidente Washington Luís alçou o ministro à posição de candidato natural ao Palácio do Governo¹⁷. Parecia inevitável, de fato; restava fazer o inflexível Borges enxergar assim. Felizmente, Getúlio contava com bons cabos eleitorais para isso.

Flores de Cunha e Oswaldo Aranha buscaram convencer Borges de Medeiros de que seria fundamental, para o Rio Grande do Sul, contar com um futuro governante que gozasse de livre trânsito no Palácio do Catete. Nesse aspecto, nenhum outro correligionário poderia se igualar ao ministro Getúlio Vargas, cujo decantado espírito conciliador se encarregaria de preservar o partido unido, acima das dissensões internas (LIRA NETO, 2012, p263).

Borges, depois de alguma relutância, assentiu: Vargas seria o candidato oficial do Partido para as eleições que se aproximavam e João Neves da Fontoura, o “menino de ouro do borgismo”, sairia para vice. Vitória da juventude republicana.

Alguns quadros partidários ficariam, é claro, desgostosos diante da ascensão meteórica do político de São Borja. Getúlio, por sua vez, “decantado espírito conciliador”, faria sempre o possível para manter o Partido unido – especialmente se a união fosse em torno de seu nome.

A capacidade de apagar incêndios era mesmo notável. Certa feita, o ministro Vargas contornara uma crise delicada com um ressentido Lindolfo Collor quando intermediou, em correspondência secretíssima junto a Borges de Medeiros, uma indicação à cadeira vaga de

¹⁶ Mesmo antes, quando da composição ministerial do Presidente Washington Luís, fora Ildefonso Simões Lopes, e não Getúlio Vargas, o nome favorito de Borges para assumir uma pasta no Governo (os gaúchos pleiteavam o importante ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que Simões Lopes havia comandado durante o Governo de Epitácio Pessoa). Não obstante, nome e ministério escolhidos pelo Catete foram outros: Vargas acabaria assumindo a pasta da Fazenda. Um ministro que não entendia nada de finanças, é verdade, mas sabia tudo de política (LIRA NETO, 2012, p.253).

¹⁷ É dito, ainda, que as noitadas do Dr. Sérgio de Oliveira no famigerado Clube dos Caçadores de Porto Alegre (bem como sua admiração um tanto excessiva a uma dançarina de nome Perlita) melindraram de vez suas chances na sucessão estadual. Divertimento inocente, é verdade, mas não para o corretíssimo Borges de Medeiros (FRISCHAUER, 1943, p.218).

líder da bancada gaúcha (LIRA NETO, 2012, p.254). Pois Getúlio Vargas não dava ponto sem nó: a amizade e dívida de Collor provar-se-iam indispensáveis quando da conspiração que levaria os gaúchos ao Catete. É dito que o próprio Collor, o farmacêutico, uma das figuras mais originais da célebre geração gaúcha¹⁸, teria escrito nada mais nada menos que o programa da Aliança Liberal (FONTOURA, 1963, p.188). Mas ainda estamos a falar do pleito de 1927.

Uma vez superada a desconfiança dos companheiros da situação (sobretudo os mais conservadores; achavam Getúlio “condescendente demais com a maragatada”) a candidatura oficial seguiria sem sobressaltos – ou, a rigor, campanha. Não era preciso. Getúlio Vargas, por sinal, apenas tornaria a pisar em Porto Alegre quando eleito, com expressivos 121.462 votos a favor da chapa governista. A oposição, com aval do próprio Assis Brasil, não lançou candidatura própria¹⁹. Havia, em todo o Rio Grande, a expectativa de que esse jovem político republicano, para todos os efeitos o sucessor direto de Borges de Medeiros e do grande Júlio de Castilhos, traria, enfim, paz e prosperidade a uma terra cansada de violência; a uma gente que não mais queria tingir os verdes pampas de vermelho. O gaúcho, quem diria, já não estava mais tão a fim de *pelear*.

Em carta endereçada ao amigo Getúlio Vargas, em dezembro de 1927, o escritor e auxiliar de gabinete João Pinto da Silva (que seria reconduzido ao cargo também na nova empreitada regional) parecia sintetizar bem esse clima de esperança e de alívio.

Meu caro Dr. Getúlio.

Tenho acompanhado com o maior interesse o entusiasmo do Rio Grande em torno do seu futuro Presidente. Essas homenagens, tão merecidas todas elas, exprimem bem o estado da alma coletiva. Vai você tomar posse do Governo prestigiado pela simpatia unânime dos nossos conterrâneos, o que é altamente significativo. Creio que nunca se verificou fenômeno idêntico em todo o curso da nossa belicosa história. Disso tudo, não há dúvida, lhe advém grandes responsabilidades, a que você corresponderá, com o seu valor mental e com

¹⁸ De origem humilde, Collor não era nenhum bacharel em direito, como o eram muitos de seus companheiros da juventude republicana. Descendente de colonos alemães, filho de um sapateiro luterano, Lindolfo Boeckel Collor formou-se com muito esforço em Farmácia, a despeito da vocação para a política. Quem primeiro viu talento no jovem de São Leopoldo foi o senador Pinheiro Machado, cujas mãos protetoras conduziram Collor à política partidária (FAUSTO, 2010, p.26). O sobrenome, desnecessário falar, não é estranho: o companheiro de Getúlio Vargas, dos tempos de juventude republicana e da política regional, é avô do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

¹⁹ A chapa era única, mas não recebeu o total de votos do eleitorado gaúcho: Assis Brasil ficou com um alegórico segundo lugar no pleito de 1927. Durante toda a Primeira República não era incomum que, na boca das urnas, os eleitores quebrassem a monotonia dos pleitos ao votar, estritamente a título de homenagem, em candidatos não-oficiais. Nas eleições intencionais de 1928, por exemplo, diversas personalidades gaúchas como Borges de Medeiros ou mesmo Luís Carlos Prestes foram lembrados para a intendência da capital. O eleito, entretanto, foi o industrial Alberto Bins, em manifestação de excepcional continuísmo administrativo e hegemonia partidária na prefeitura de Porto Alegre (BAKOS, 1987, p.181).

aquele senso exato da medida que é um dos traços mais característicos da sua personalidade.

A sua ascensão ao governo do Estado abrirá um capítulo novo em nossa história. Pela primeira vez, realmente, o Rio Grande considerará o seu Presidente não como representante deste ou daquele Partido, tal qual sempre se deu, desde a Monarquia, por força da intensidade de nossa vida cívica. Porque você hoje, com efeito, é algo como a soma das aspirações de todos e o órgão que as converterá em realidades tangíveis.²⁰

4.O sabor das coisas inéditas.

Aos 25 de janeiro de 1928, Getúlio Dornelles Vargas recebia oficialmente, das mãos de um nada empolgado Borges de Medeiros, o governo do estado do Rio Grande do Sul. A comoção foi enorme e autoridades de todo o país desceram a Porto Alegre para presenciar este fato que, sabiam todos, tinha “o sabor das coisas inéditas” (LIRA NETO, 2012, p.273). O novo governo, por sua vez, fez questão de convidar e custear a vinda de alguns tantos chefes políticos e repórteres, representantes dos principais estados e veículos da imprensa. Somaram-se à histórica manifestação popular que tomou conta da capital dos gaúchos. O presidente Vargas já era um sucesso.

Mas a apatia de Borges tinha lá seus motivos. A lista para o novo secretariado, trabalhada a capricho pelos representantes da mais genuína mocidade republicana, não contemplava nenhum dos nomes sugeridos pelo líder chimango. Foi assim que, no lugar dos medalhões da política partidária, republicanos com anos de serviço à causa castilhistas e ao próprio Borges, Getúlio nomeou para seu primeiro secretariado figuras que assim como ele ilustravam o ideal de renovação política que se esperava imprimir desde os primeiros dias de governo.

Para o “secretariado da experiência” – talvez se possa, com alguma dose de ironia, chama-lo assim –, Vargas convocou os companheiros e amigos Oswaldo Aranha e Firmino Paim Filho a ocuparem, grosso modo, dois dos cargos mais importantes da administração pública estadual: as secretarias do Interior e da Fazenda, respectivamente. Ao também amigo Neves da Fontoura seria confiada a vice-presidência do estado, bem como a importante função de líder da bancada gaúcha no Rio de Janeiro (lê-se articulador não oficial das pretensões rio-

²⁰ Carta de João Pinto da Silva a Getúlio Vargas, 28 de dezembro de 1927. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GV c 1927.12.28.

grandenses ao Catete; era não apenas permitido como praxe o acúmulo de funções)²¹. Por falar em praxe, outra prática comum dos tempos de Primeira República era o nepotismo, e Vargas não passaria em branco à tradição: para a Chefia de Polícia da Capital nomeou o concunhado Florêncio de Abreu, enquanto Walder Sarmanho, irmão de dona Darcy, seria investido na função de secretário de gabinete junto ao escritor João Pinto da Silva. Os dois últimos, vale dizer, auxiliares de Getúlio no Ministério.

Ainda em se tratando da guarda de ferro do presidente, outro nome incontornável vem à mente: Maurício Cardoso. O amigo dos tempos da Faculdade de Direito teve papel destacado enquanto interprete privilegiado das intenções de Vargas na Assembleia dos Representantes. Getúlio, dessa forma, esnobava o então líder da maioria, o deputado Othelo Rosa, antigo secretário e homem da mais alta confiança de Borges de Medeiros (FRISCHAUER, 1943, p.228). Que o jornalista, escritor e poeta – além do mais diretor d’**A Federação** entre os anos de 1925 e 1930 – não levasse a mal: era imprescindível para o projeto conciliador de Vargas que o diálogo para com o Legislativo estadual fosse empreendido por um dos seus.

Em síntese, já estava claro, Getúlio faria o possível para provar a autonomia de seu governo perante um impopular antecessor. A distância calculada de Borges de Medeiros era mesmo crucial para fazer embarcar os setores mais desconfiados da oposição, ainda que, como vimos, promovesse rugas eventuais no seio do próprio PRR. Nada que um político habilidoso não pudesse contornar²². Eram rotineiros, por exemplo, os elogios ao grande líder Borges e as visitas anuais, com direito à pompa, pilcha e circunstância, ao túmulo do Patriarca Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

A romaria ocorria anualmente e Getúlio Vargas não faltava à tradição. Numa rápida consulta ao jornal **A Federação** é possível compreender de pronto o caráter solene que acabava dando a tônica das homenagens ao líder máximo do republicanismo gaúcho. O *Orgam do Partido Republicano* fazia sempre destacar a presença ilustre de membros importantes da sociedade civil e de representantes da mais alta política gaúcha. Na efeméride de 1929, por exemplo, o jornal republicano destacou o caráter de “excepcional brilhantismo” *daquele* 24 de

²¹ A predileção de Vargas por seus companheiros de *geração* seria apenas confirmada com o passar dos anos. Já falamos do caso de Lindolfo Collor, mas, nos anos que sucederam a Revolução, foi a vez de Flores da Cunha ganhar seu lugar ao Sol: seria interventor federal no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1935. Ainda que interinamente, Maurício Cardoso também ocuparia o cargo em 1938.

²² Não obstante, é preciso que se diga, Antônio Augusto Borges de Medeiros não se absteve plenamente da política gaúcha – ou mesmo nacional – enquanto teve vida. E como viveu Borges: 97 anos! Em 1928, quando começava a pedir passagem a nova geração de republicanos, o tradicional líder se manteve firme à frente das decisões partidária (uma espécie de beija-mão não mais que simbólico); anos depois, diante dos rompantes autoritários de Vargas, passaria de vez para a oposição. Borges de Medeiros foi preso na Ilha Rasa e exilado em Pernambuco, tudo isso para, após os anos de Estado Novo, aproximar-se da frente udenista. Falecera em 1961, em Porto Alegre (PESAVENTO, 1990, p.50).

outubro, “pela hora de intensa vibração patriótica que sacode a alma rio-grandense”. Entre um (longo) discurso e outro (maior), chamam a atenção “os vivas levantados pela multidão às memórias de Castilhos e Pinheiro Machado, aos drs. Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e aos líderes da cruzada liberal” (**A Federação**, 24/10/1929, p.1).

Em entrevista a outro diário, o **Correio Paulistano**, o recém nomeado Paim Filho, quando perguntado acerca da nova orientação econômica do governo, parecia repetir à risca um “discurso oficial” que persistiria por ainda algum tempo nas declarações sempre cuidadosas de Vargas e seu estado-maior. O zelo para com a herança castilhista parece parte de uma retórica necessária num estado de tradições e lideranças históricas. Dizia Paim Filho:

Orientação? A mesma adotada até aqui, com modificação que o ambiente e o momento forem exigindo. A continuidade administrativa afigura-se-me como condição essencial para um progresso seguro. Esse foi o segredo das realizações brilhantes do governo do Dr. Borges de Medeiros: a solução de continuidade (...). De resto, essa é a orientação do novo governo. O presidente Getúlio Vargas tem reiterado que o governo que inicia será a continuação do que finda (**Correio Paulistano**, 26/01/1928, p.2).

Na mesma entrevista, o secretário sintetizaria a nova proposta com uma velha ideia: “conservar melhorando”, o lema positivista de Júlio de Castilhos. Por mais que a economia gaúcha talvez não inspirasse tamanha admiração quando dos anos finais da gestão Borges de Medeiros, a manutenção da máxima castilhista parecia, pelo sim pelo não, um bom negócio. A ideia de um progresso seguro, ordenado, agradava a gregos e troianos: por um lado seduzia as parcelas mais liberais da sociedade gaúcha – aí inclusos os setores médios urbanos e parte da elite agrária –, por outro confortava as lideranças tradicionais que lutaram para chegar ao poder e, por isso mesmo, não pretendiam arredar um só palmo dali. Um morde e assopra tremendo; nada mais *Getúlio Vargas* do que isso.

Ainda que parte da oposição não estivesse plenamente convencida das intenções reformistas do novo presidente, o tom geral, mesmo entre os Libertadores mais ferrenhos, era de otimismo. Se bem não esquecessem do passado de mais esse líder republicano no Piratini, os opositores pareciam especialmente preocupados com a eventual desenvoltura de Getúlio perante uma estrutura governamental viciada e autoritária. Seria o novo mandatário o redentor do “governo-descaso” de Borges de Medeiros ou estariam os gaúchos, meramente, presenciando a ascensão de um “ditador número dois”? (ABREU, 1996, p.80). Nas palavras sempre afiadas, sempre intrincadas de Virgílio de Melo Franco, Getúlio então sucedia “um

presidente com o feitio messiânico de taumaturgo intolerante”, e, por isso mesmo, procurava “escoimar, sempre, de qualquer eiva de facciosismo, o seu governo” (FRANCO, 1980, p75).

Diante do exposto, e daquilo que ainda será comentado neste trabalho, o mais sensato parece ser tratar o governo de Getúlio Vargas como uma ruptura apenas parcial com o Castilhismo-Borgismo que marcou a experiência republicana nos pampas. Evento chave para pontuar mudanças e continuidades entre os dois governos estaduais são as eleições intencionais de 1928.

5.Lisura nas apurações, cavalheirismo na vitória e na derrota.

Ao assumir a presidência, sua primeira preocupação foi aproveitar o estado de espírito do povo gaúcho, que ansiava por paz e trabalho. As eleições municipais, que se realizaram pouco depois da sua posse, deram-lhe essa oportunidade e a de demonstrar seu senso de equilíbrio e de justiça. Em algumas cidades, redutos oposicionistas, os adversários de seu partido sempre ganhavam, mas nunca eram eleitos. Na hora da confecção da ata, os “matemáticos” oficiais proclamavam a vitória dos candidatos da situação. O Rio Grande do Sul é, ou era, politicamente, um dos estados mais bem organizados. Governo é governo. Oposição é oposição (...). “Para os correligionários, tudo; para os indiferentes, a lei; para os oposicionistas, nem água”.

Papai quebrou essa tradição, mandando reconhecer a vitória dos adversários mesmo em municípios onde a diferença de votos contra era tão pequena que pouco trabalho teriam os fazedores de ata. Passou a ser olhado com desconfiança por vários chefes de seu partido, mas em compensação desarmara a oposição, que já não tinha pretexto para lançar manifestos inflamados ou provocar violências (PEIXOTO, 1960, p.41,42).

Decerto que a postura do novo presidente era uma novidade na política gaúcha. As eleições transcorreram com relativa normalidade em todo o estado, ainda que “esporadicamente [houvesse] um assassinato [ou mesmo] uma violência qualquer numa urna eleitoral, mas nunca uma coisa habitual, como até então” (ABREU, 1996, p.84). Algumas confusões, é verdade, foram registradas – em Dom Pedrito, Bagé, Camaquã²³ – naqueles municípios onde republicanos, por pura força do hábito, ameaçavam “virar a mesa” ao não aceitar o resultado das urnas. Nesses casos, Getúlio agia com distinta astúcia política: mandava que fossem respeitados, de antemão, os vencedores de todos os pleitos, destacava brigadas e fiscais para coibir eventuais fraudes e, quando nada disso funcionava, apelava para soluções criativas que,

²³ Das eleições, ver ABREU, 1996, p.83 e BAKOS, 1987, p.87.

senão agradavam a todos, também não comprometiam a honra do seu governo. “Pedia-lhes lisura nas apurações, cavalheirismo na vitória e na derrota”.

Pois o cavalheirismo do simpático Dr. Getúlio – em que pese o contraste para com o sempre cabisbaixo e meditado Borges de Medeiros – desarmou alguns inimigos históricos. É sabido que o libertador Batista Lusardo, deputado federal, sempre que estava em Porto Alegre ia ao encontro de Getúlio, no palácio do governo, com uma caixa dos melhores charutos; Plínio Casado, debandado para os lados da oposição desde o pleito de 1907, fora um dos primeiros a declarar apoio à frente ampla de 1929; Antunes Maciel, desafeto dos tempos de Assembleia, deputado que pegara em armas na última Revolução, levava de bom grado as demandas do chefe Assis Brasil para Getúlio, quando das negociações no mesmo ano. Mesmo federalistas de primeira hora, como Honório Lemes (o leão de Caverá, veterano da guerra civil que lutara lado a lado com o próprio Silveira Martins) e Artur Caetano, o primeiro a levantar a bandeira revolucionária em 1923, mostrar-se-iam solidários aos planos de pacificação estadual, primeiro, e à candidatura de um republicano ao Catete, apenas alguns meses depois (LIRA NETO, 2012, p.314,327,340).

A prova real de que os gaúchos, enfim, estavam com Getúlio veio em julho de 1929. O Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Sul (a exemplo de eventos parecidos que já ocorriam Brasil afora), reuniria em Porto Alegre representantes de quase todos os municípios do estado. Libertadores e Republicanos teriam agora a oportunidade de dividir um mesmo espaço e provar que, pelo bem maior do seu Rio Grande, conseguiriam deixar de lado as desavenças, juras de morte, dívidas e traições, trocas de sopapos, ofensas, tiros e afins.

Em mensagem oficial veiculada n’**A Federação**, ainda em 1928, o próprio presidente do estado antecipava o evento e sua importância. Em suas palavras:

É preciso uniformizar esses pontos de vista, na solução de certos problemas comuns. Para isso, nada mais indicado do que os referidos congressos, onde se possibilita o entendimento recíproco dos municípios entre si e destes para com o Estado.

As teses que devem ser discutidas no Congresso são referentes aos vários problemas que interessam ao ensino público, primário e profissional, assistência social, saúde pública, policiamento, agricultura e pecuária, rios e águas correntes, organização política, administrativa e judiciária, viação, etc.

A importância dos temas a discutir deixa antever a utilidade do congresso e as benéficas consequências de sua realização (**A Federação**, 24/09/1928, p.1).

Isto posto, o Congresso das Municipalidades seria também a oportunidade de ouro para que um jovem político em ascensão provasse o seu valor. Oswaldo Aranha, na qualidade de

secretário do Interior e Justiça, conduziria os debates. Um público difícil e hostil; um encontro que tinha tudo para dar errado, não fosse um inspiradíssimo mediador. Aranha, então aos 35 anos de idade, impressionou a todos – especialmente ao chefe Getúlio – com a oratória afiada e os predicados de liderança que, já naquela época, saltavam aos olhos²⁴. Transformou a atmosfera potencialmente violenta de um encontro que a qualquer momento poderia ganhar contornos de “acerto de contas” num ambiente de respeito e confraternização (ABREU, 1996, p.90,91).

Tamanha foi a impressão deixada pelo gaúcho de Alegrete (outro rio-grandense da Fronteira) que, dali em diante, bem ou mal, Oswaldo Aranha estaria definitivamente ligado ao *entourage* getulista. Certa feita, foi mandado ao Rio de Janeiro para negociar ele próprio a questão sucessória com o Presidente da República. Consta do encontro que Washington Luís – não se sabe ao certo se impressionado com os talentos do emissário ou se em manifestação de puro desespero – chegou mesmo a convidar Aranha para ser o vice na chapa de Júlio Prestes. Uma última cartada para tentar tirar Getúlio do páreo. Mas a confiança de Vargas no secretário e amigo era plena: “Aranha se revelara um articulador sensato, menos impetuoso que João Neves, mais ousado que Flores da Cunha” (LIRA NETO, 2012, p.323) e chegaria a assumir interinamente o estado do Rio Grande do Sul em mais de uma oportunidade. Com efeito, tudo começava ali, em 1929, com o sucesso do Congresso das Municipalidades.

Por fim, tanto o evento quanto o secretário Aranha cumpriram seu papel: mais um importante e inegável passo foi dado em direção à conciliação plena do Rio Grande do Sul. A partir das deliberações do Congresso, lideranças libertadoras oficializaram sua intenção de apoiar uma candidatura gaúcha à presidência do Brasil. Naquelas reuniões de julho, situação e oposição de fato trataram de “assuntos de indiscutível relevância e de palpitante interesse comunal” – para ficarmos com as palavras que estamparam **A Federação**²⁵ –; mas foram além. Acontece que, a partir de agora, as ambições até então distantes do presidente dos gaúchos, um republicano que cismara em pacificar um Rio Grande e sua gente, eram a pauta de um estado inteiro. Os gaúchos compraram a ideia. Queriam Getúlio.

Foi assim que, tão logo agosto de 1929, a prometida Frente Única Gaúcha (FUG) saía do papel para endossar a campanha de um rio-grandense ao posto mais alto da política nacional.

²⁴ Se Collor era o mais original entre os membros da geração de 1907, Oswaldo Aranha era certamente o mais aguerrido – e moço – entre os seus. Conhecido por sua combatividade na Revolução de 1923 e por fazer frente aos tenentes em sua revolta pelo estado (das peleias leva de recordação um tiro alojado ao calcanhar; ficou manco até o fim da vida), Aranha juntou-se aos republicanos apenas em 1922. Até então, o gaúcho de Alegrete era simpático à oposição federalista (FAUSTO, 2010, p.26).

²⁵ **A Federação**, 12/11/1928, p.1.

Para todos os efeitos, estava feito: o Rio Grande do Sul gozava de paz pela primeira vez em sua história recente.

6. Das alianças políticas em tempos de Café com Leite.

Para selarmos o pacto de nossa união na hora presente, celebrado no memorável Congresso das Municipalidades, nenhuma data é mais apropriada que o Vinte de Setembro e nenhum meio mais eloquente que o espetáculo de uma sincera e profunda comunhão cívica geral.

Cumpra, em consequência, que, nesse dia – radioso para nós de tanta luz e carregado de tanto ensinamento e de tanta glória – um só clamor uníssono, um único e imenso coro de concordância e de aplausos suba de todos os recantos da gleba comum.

Suba e reboe no espaço com tanta força que vá levar a todos os nossos irmãos de crença, a todos os nossos companheiros de cruzada das outras unidades federativas a segurança da nossa indefectível solidariedade, a firmeza e o fervor com que marchamos para a luta e a certeza que nutrimos de vencer²⁶.

Foi com essas palavras emocionadas, numa coluna especial d'**A Federação** intitulada “Ao Rio Grande unido!”, que o *Comitê Central Pró-Getúlio Vargas e João Pessoa* convocava o povo gaúcho a celebrar a chapa Rio Grande-Paraíba na convenção nacional da Aliança Liberal, marcada convenientemente num 20 de setembro, no Rio de Janeiro²⁷. Com o pronunciamento – e a data –, o Comitê esperava atizar o brio dos gaúchos numa manifestação clara de que o estado estava não apenas unido, mas fechado com Getúlio.

O elemento da coesão interna era, certamente, condição indispensável para qualquer pretensão de se chegar ao Catete por meio de uma candidatura alternativa. Durante todo o período da Primeira República foi assim: o Presidente da Nação deveria ser (ou ter sido) presidente em seu próprio estado, uma vez que, nas dinâmicas locais, apenas o mandatário regional teria o apoio necessário para se elevar à ocasião. Daí que, para ser primeiro magistrado da República havia um verdadeiro *checklist*, um “bingo presidencial” a ser preenchido por aqueles que almejassem o cargo. Para além de (1) ser uma liderança regional comprovada, era

²⁶ **A Federação**, 03/09/1929, p. 2.

²⁷ O Vinte de Setembro é a data mais importante no calendário do gaúcho. Dia em que se celebra o início da Revolução Farroupilha, em 1835.

preciso (2) fazer parte do seleto quadro de “republicanos históricos” e (3) pertencer a um dos “grandes” da Federação – São Paulo, Minas e, eventualmente, Rio Grande do Sul²⁸.

O que se tinha na prática era, portanto, "um número restrito de atores, oriundos de um número restrito de estados-membros, eleitos por um corpo restrito de eleitores os quais, por sua vez, detinham restrito entendimento da dimensão do seu voto" (VISCARDI, 2012, p.61). Somase a isso, é claro, o fato de o normal ser a indiferença e o baixíssimo comparecimento às urnas (se bem houvesse, aqui também, exceções, como em 1910, 1922 e 1930²⁹). Por tudo isso, não raro as eleições ganhavam contornos de mera formalidade.

Destarte, o que realmente nos interessa no ritual das eleições brasileiras são justamente esses momentos de articulação intensa entre os diferentes atores políticos, seus respectivos pesos e medidas e as indicações prévias à Presidência da República. Essas sim, ao contrário das eleições fundamentalmente restritas, eram decisivas e, para todos os efeitos, acirradíssimas.

Não é ao acaso que, retornando aquele 1928, quando da posse de Getúlio Vargas numa Porto Alegre apinhada de repórteres e chefes de estado, duas ausências chamaram a atenção: a do paulista Júlio Prestes e a de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais. Era do conhecimento de todos que as questões acerca da sucessão de Washington Luís estariam no topo da agenda política de muitos, inclusive a do recém-eleito presidente dos gaúchos. Afinal, “um simples aperto de mãos entre eles [Prestes e Antônio Carlos] poderia render as interpretações mais variadas, em especial diante das lentes dos fotógrafos” (LIRA NETO, 2012, p.276). A corrida presidencial havia começado antes mesmo que Getúlio Vargas e sua família pudessem inaugurar a ala residencial do Palácio do Governo.

Assim sendo, por mais que o presente trabalho não tenha por foco a campanha, eleição ou eventual conspiração que levariam os gaúchos a amarrarem os cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco, é preciso falar aqui dos preparativos, a nível regional, que antecederam eleições tão aguardadas como aquelas – sendo a FUG, é claro, a grande epítome desse movimento no estado. Reconciliação feita, casa arrumada, restaria apenas aparar as últimas arestas para enfim lançar o Rio Grande do Sul no palco maior da política nacional.

²⁸ Havia, é claro, exceções à regra. De políticos que, mesmo seguindo à risca todas as etapas do processo, não conseguiam viabilizar uma candidatura bem-sucedida ao Catete. Nomes como Nilo Peçanha, Rui Barbosa e o gaúcho Pinheiro Machado: lideranças consideradas disfuncionais à ordem, muito embora conseguissem, aos trancos e barrancos, alguma penetração na cena política nacional. Por outro lado, havia também casos de políticos em situação inversa: donos de uma projeção invejável que superava – e muito – a realidade de seu estado. São os casos do catarinense Lauro Müller, do potiguar Tavares de Lyra e de Leopoldo de Bulhões, representante do Goiás (VISCARDI, 2012, p.62).

²⁹ Acerca desses pleitos ver VISCARDI; FIGUEIREDO (2019).

Antes de mais nada, entretanto, a nós interessa compreender os termos que de fato caracterizavam essas alianças regionais e nacionais no contexto da Primeira República do Brasil. Para tanto, recorremos a **O teatro das oligarquias** (2012), da professora Cláudia Viscardi, com o intuito de lançar luz às nuances típicas dos “casamentos políticos” em uma República que se convencionou chamar de velha.

Em seu texto, Viscardi faz uma bem-vinda revisão da política do Café com Leite. A autora questiona algumas das instituições, conceitos e ideias que se tem por mais sólidas em se tratando de República Velha; como que escrita em pedra, uma história já conhecida sobre coronelismo, enxada e voto. Uma das estruturas as quais lança luz é a aliança paulista-mineira, o café com leite que, junto da própria Política dos Governadores, ajudou a dar forma a toda uma República³⁰.

Nesse sentido, destaca-se o papel das Minas Gerais e de São Paulo nesse “acordo de cavalheiros” entre respectivos partidos republicanos. Fato é que a contribuição desses atores no “bem bolado” da política federativa não surge – como era de se esperar – de uma indiscutível unidade interna.

Em São Paulo, a despeito da consolidação do Partido Republicano local (ainda em 1906), a arena política foi sempre das mais movimentadas. Ao longo da década de 1910, mas, sobretudo, a partir do decênio seguinte, diversos desafios impor-se-iam à unidade conquistada. Não foram escassos, ao longo de todo o período republicano, a formação de dissidências no interior do PRP, as fraturas e congraçamentos no seio da oligarquia ou as candidaturas independentes (ainda que, quase sempre, relegadas ao fracasso diante do rígido controle perrepista sobre a máquina pública). Lembramos aqui da atuação da Liga Republicana em 1906, das disputas pegadas entre civilistas e hermistas no estado a partir de 1910 e da atuação nada ingênua do Partido Conservador Republicano, na figura do senador Pinheiro Machado, ao explorar os conchavos e alianças pré-existentes na política paulista; lembramos da anunciada (nunca feita) criação de um Partido da Lavoura, do antagonismo declarado entre Cúpula perrepista e Coligação Republicana no começo dos anos 1920 e da criação do Partido da Mocidade, em 1925 (a idade máxima para ser militante era de 35 anos). Todas dissidências do PRP.

³⁰ O próprio arranjo idealizado por Campos Sales (1898-1902) é relativizado pela autora. É imperativo deixar claro que o então Presidente não bolou nenhuma solução definitiva para a sucessão ao Catete – qual seja o revezamento de mineiros e paulistas no poder. Ainda que sua própria sucessão tenha sido tranquila (em que pese o mérito político desse republicano histórico), as demais sucessões presidenciais não foram tão simples assim. É preciso repensar o grau de estabilidade que a Política dos Estados trouxe, de fato, à vida pública nacional (VISCARDI, 2012, p.37).

Lembramos, por fim, do Partido Democrático, fundado em 1926 agregando oposições de diversos matizes e fazendo jogo duro à hegemonia do Partido dominante, especialmente na chamada hinterlândia paulista. Mas se o interior de São Paulo era o principal palco de batalhas da nova sigla, isso não impediu que quadros do PD (muitos dos quais egressos do PRP, conhecedores da política e seus meios) demonstrassem apoio aberto à candidatura aliancista – logo, em desfavor do conterrâneo Júlio Prestes³¹ – em 1929. Deserção sentida, por mais estável que fosse o domínio perrepista sobre o estado de São Paulo³². No princípio de 1932, entretanto, vitoriosa a Revolução de outubro, o Partido Democrático paulista iria reconciliar-se com o PRP, formando uma frente única regional de oposição a Vargas.

Nas Minas Gerais, por sua vez, é possível desmistificar a falsa ideia de uma “unidade inabalável” logo nos primórdios da República. À época, ainda nas primeiras eleições presidenciais do Brasil, quando da eleição e governo dos primeiros presidentes civis (os paulistas), um precoce, mas inevitável cálculo político já estava sendo feito por nossas elites: o apoio de Minas Gerais seria imprescindível para qualquer ambição política de São Paulo na Federação; os mineiros, unidos, seriam protagonistas na Primeira República do Brasil. Nas palavras de um importante brasilianista, “o fato dos paulistas buscarem aliados para consolidar o regime civil após 1894 significava que os mineiros, se unidos em casa, inevitavelmente se tornariam importantes nos assuntos nacionais” (WIRTH, 1982, p.232). Não obstante, é aqui que podemos observar as primeiras questões internas na organização republicana desse estado.

Quando Campos Sales foi eleito, superando na ocasião um PRF liderado pelo também paulista Francisco Glicério (uma vitória acachapante sobre Lauro Sodré), o fez porque contava com o apoio de outras unidades federativas, nomeadamente Bahia e Minas Gerais. A oligarquia mineira, deste modo, sustentou o idealizador da *política dos governadores*, mas não sem o ônus de ter que lidar com algum descontentamento interno pelo caminho: nas tratativas para a sucessão de Prudente de Moraes, diversos republicanos históricos se recusaram a aceitar o nome

³¹ Se Washington Luís era o *Paulista de Macaé*, Prestes, como denunciava o forte sotaque interiorano, era *paulista da gema*. Virgílio de Melo Franco, com alguma dose de ironia, o define bem na circunstância de sua nomeação ao Catete: “estadista de Itapetininga (...) político obscuro, pouco tempo antes, na zona da Sorocabana, teve o seu nome lembrado espontaneamente – dizia o presidente da República – para a Magistratura Suprema da Nação” (FRANCO, 1980, p.98).

³² Sobre o Partido Republicano Paulista, consolidação e crise, ver Casalecchi (1987). Das informações levantadas pelo autor, uma mais nos chamou a atenção: segundo ele, a jovem geração de republicanos, em São Paulo, não representou mudança significativa no ideário político regional. Tal geração teria “a diferenciá-la mais a pouca idade e a falta de experiência que o ideário (...) os novos apegavam-se mais ao continuísmo do que às transformações que se impunham à nova sociedade” (CASALECCHI, 1987, p.152). Uma diferença considerável se levarmos em conta a segunda leva de republicanos no Rio Grande do Sul, todos cheios de ideias e ansiosos por mudanças.

de Sales, afastando-se, em protesto, do aparelho partidário. Um primeiro sinal de que alcançar o tão necessário consenso não seria tarefa fácil.

Dando sequência a uma análise talvez comparativa para com a experiência paulista, é possível apontar, também para o caso mineiro, o movimento civilista de 1910 e sua repercussão regional como catalisadores de uma segunda leva de rupturas no PRM. Aqui, o onipresente Pinheiro Machado faria o possível para cooptar o ex-presidente estadual Bias Fortes (1894-1898) num esforço regional para inviabilizar a eleição de David Campista, o candidato de Afonso Pena ao Catete³³. Eis que a disputa “hermistas x civilistas” era reeditada no estado, conforme reorganizavam-se as forças regionais em razão de tão polarizada corrida presidencial. O senador gaúcho, sempre influente em se tratando das tramas sucessórias, conseguiria enfim fazer seu Presidente, a despeito dos esforços de Pena como palanque da campanha civilista em Minas Gerais³⁴.

Por fim, mantendo-nos fieis ao recorte temporal aqui proposto, faremos lembrar da grande cisão do PRM em 1929, já na eminência da sucessão de Washington Luís. A última, derradeira ruptura do até então sólido bloco perremista teve origem nas disputas pelo Palácio da Liberdade e foi acompanhada de perto pelo Presidente da República, que, a essa altura, deixara de agir como *gentleman* para “arregaçar as mangas do casaco e, assim à frescata, transformar-se de primeiro magistrado da Nação em simples galopim eleitoral” (FRANCO, 1980, p.87). São infames, ao menos na memória panfletária dos seus opositores, as manobras então exercidas pelo Catete com o intuito de inviabilizar, desde a esfera regional, as chances da campanha aliancista. Nas Minas Gerais não seria diferente.

Em Minas, um desentendimento acerca da sucessão do presidente Antônio Carlos (um dos principais articuladores da *Aliança*; um Andrada que teria abdicado do próprio nome para lançar um gaúcho ao Catete) acabaria afastando do partido o ex-presidente estadual Melo Viana, intransigente quanto a uma candidatura própria. O medalhão da política mineira, além do mais vice-Presidente da República, fez saber: só abriria mão do seu nome se em favor dos históricos Wenceslau Brás ou Arthur Bernardes, duas das figuras mais graduadas dentro do PRM. O problema: ambos os chefões perremistas, então representantes de correntes diversas dentro da

³³ É dito que o desafeto entre o mineiro e o senador gaúcho remonta à presidência do primeiro, eleito a partir de uma coligação que englobava, também, o Rio Grande do Sul. Uma vez no poder, entretanto, o Presidente Afonso Pena teria recusado os avanços insistentes de Pinheiro Machado e até mesmo “ousado” contestar sua força na Capital (WIRTH, 1982, p.233).

³⁴ Para o próximo quadriênio, entretanto, nos momentos de declínio do próprio Pinheiro Machado, o estado iria se unir mais uma vez, dessa vez em torno do futuro Presidente Wenceslau Brás (outro mandachuva regional de vida longa e carreira fértil: republicano histórico que viveu 98 anos). Essencial enquanto servia a um propósito, a mais nova união mineira, todavia, não iria durar muito tempo (WIRTH, 1982, p.234).

sigla, já tinham os seus favoritos. Melo Viana não era um nome de consenso. Diante do impasse, coube ao presidente Antônio Carlos, político de “inteligência flexível” e “temperamento suave nas maneiras, mas obstinado no fundo”³⁵, encontrar um nome que agradasse as diferentes alas partidárias. Foi assim que, no intuito de evitar uma crise maior, a Convenção do PRM, reunida em outubro de 1929, sagrou Olegário Maciel e Pedro Marques, respectivamente presidente e vice-presidente estaduais.

Seria a gota d’água para Melo Viana, que abandonaria não apenas o PRM, mas toda a bagagem de compromissos que assumira até ali. A confusão desencadeou a fuga de outros tantos nomes da política mineira em direção a uma *Concentração Conservadora*, em apoio expresso à candidatura de Júlio Prestes. O político de Sabará levava consigo o vice-presidente estadual, Alfredo Sá, alguns tantos deputados mineiros (estaduais e federais) e o secretário de segurança local, Bias Fortes Filho. Um duro golpe não apenas para a política partidária mineira, mas para os “irmãos de cruzada” que acompanhavam tudo do distante Brasil meridional. Segundo João Neves, em suas **Memórias**,

O encaminhamento do problema estadual apaixonou a opinião pública de Minas, no compreensível temor de que o dissídio repercutisse desastrosamente sobre os destinos da Aliança Liberal (...)

O Sr. Melo Viana, declarando-se candidato ao governo do estado, não rescindiu, de saída, seus compromissos com a chapa Vargas-Pessoa. Teve uns dias de hesitação, terminando por deles desligar-se e fazer causa comum com o Sr. Carvalho Brito e sua Concentração Conservadora, que adotou a candidatura de S.ex.^a (FONTOURA, 1963, p.196).

Os casos mineiro e paulista são, é verdade, demonstrações pontuais de discordância interna, mas ilustram bem um argumento valioso defendido pela autora: ainda que algum grau de coesão fosse imprescindível³⁶, não havia concordância plena entre as oligarquias regionais, nem mesmo aquelas que, teoricamente, dependiam de uma máquina estadual unida para se fazerem protagonistas. De acordo com Viscardi, algum grau de instabilidade era a regra mesmo entre os atores políticos de maior relevo nacional. Talvez (e essa não é uma das teses da professora) a Frente Única Gaúcha se encaixasse exatamente aqui.

Em meados de 1929, as circunstâncias da novíssima união rio-grandense já preocupavam ao passo que os principais veículos da imprensa especulavam sobre uma possível

³⁵ FRANCO, 1980, p.81.

³⁶ Ainda assim, havia estados supostamente carentes de coesão interna que conseguiam, bem ou mal, manter-se relevantes na política brasileira. Viscardi lembra os casos da Bahia e do Rio de Janeiro (VISCARDI, 2012, p.44).

ruptura precoce tanto da Aliança em caráter nacional quanto do limitado arranjo regional, tão alardeado e celebrado pelos republicanos do estado. Era, não ao acaso, o seu grande trunfo para a disputa presidencial.

O popular jornal **A Noite**, do Rio de Janeiro, indagava com certa malícia: “que haverá na política rio-grandense do Sul? ”.

Vimos, há dias, como o Sr. Flores da Cunha fez um discurso dizendo uma coisa, como o Sr. João Neves fez outro, aqui, dizendo outra, e como o Sr. Flores foi levado, depois, a uma conferência com o Sr. Borges de Medeiros.

Informa agora um despacho de Porto Alegre que o Sr. Paim Filho se exonerou, inesperadamente, da pasta da Fazenda... por motivo de moléstia, ao mesmo tempo que outro telegrama traz a notícia de que está correndo, com certo fundamento, nas rodas políticas, que o Sr. Getúlio Vargas desistiu de sua excursão ao norte da República... porque não achou um vapor para alugar.

O Sr. Getúlio não é criança para imaginar que o público ainda engole confeitos dourados... (**A Noite**, 03/12/1929, p.2).

A coluna, decerto tendenciosa, não leva assinatura alguma, mas não economiza no uso das reticências, como que a convidar o leitor a tomar suas próprias conclusões – informadas ou não. Ainda em tom provocativo (e dessa vez quase profético), conclui: “é que as coisas no seio da Frente Única Gaúcha estarão talvez piores do que no PRM”.

Conjectura ou fato, notícia ou sensacionalismo, a verdade é que não era nada fácil construir uma coalizão política sólida na Primeira República do Brasil. Seja nas montanhas mineiras ou no Pampa rio-grandense.

À vista do exposto, retornando uma última vez à agitada arena política do sudeste brasileiro, devemos concluir que, mesmo diante das eventuais instabilidades mineira e paulista, a aliança entre as duas oligarquias tinha inegável importância para a estabilidade do Regime como um todo. O que faz a professora Viscardi – retornando também a ela – é, portanto, revisitar os termos dessa coalizão, seus inconvenientes e as rivalidades que de fato marcaram tal pacto hegemônico ao longo de toda a sua existência. Um “casamento” que, como vimos, não era perfeito; longe disso.

Em Viscardi, não há compatibilidade plena de interesses entre os dois estados do Eixo, nem mesmo em matéria de economia³⁷. A bem da verdade, a aliança mineiro-paulista (cuja própria origem é posta em dúvida pela autora³⁸) era um pacto que, por essência, necessitava de constantes ajustes, arranjos e recomposições. Cada nova eleição poderia ser potencialmente traumática e diversos acordos, em todos os níveis de poder, deveriam ser realizados no intuito de manter essa aliança minimamente coesa ao longo de todo um mandato presidencial. A *aliança*, a rigor da palavra, era antes exceção do que regra. Intercalavam-se, de acordo com a autora, "momentos que iam da aproximação desconfiada à oposição veemente" (VISCARDI, 2012, p.40).

Afinal, o acordo entre mineiros e paulistas não era necessariamente preferencial, permanente ou isento de conflitos e a hegemonia do café com leite, embora palpável, parecia difícil de se firmar – se é que o fez por completo. Não se tratava, portanto, de um bloco monolítico à medida que ali se abrigavam diferentes interesses e atores. Estamos a falar de blocos, correntes e tendências difusas; alianças ao sabor das circunstâncias que poucas vezes sobreviviam intactas às eleições.

Nos casos da FUG e, especialmente, da Aliança Liberal, temos uma realidade não muito distante disso tudo. Em se tratando da última, em tempo, é inevitável a pergunta: que “liberalismo” era esse? Que agenda política comum daria conta de reunir sob uma mesma bandeira nomes que iam de Arthur Bernardes a Epitácio Pessoa, passando pelos tenentes revolucionários e chefes políticos do extremo sul do Brasil? Ora, agenda nenhuma: estamos a falar de uma aproximação bem mais circunstancial que ideológica, verdadeiro “Frankenstein político, um amontoado de braços, pernas e cabeças que agiam e pensavam de forma tão diferente entre si” (LIRA NETO, 2012, p.341).

Assim, segundo a gasta tradição liberal, a aliança focalizou inicialmente em sua campanha a questão da moralização política, que, com a sua vitória, se faria sentir com o alistamento eleitoral correto, o voto secreto e obrigatório, a

³⁷ Poder-se-ia imaginar que Minas e São Paulo, ambas economias essencialmente cafeeiras, teriam interesses comuns sobre tributação, mercado externo, o papel do Estado e afins; seria essa, inclusive, uma das principais diferenças para com o Rio Grande do Sul, de economia menos dominante e voltada ao comércio interno. Pois em Viscardi vemos que, na verdade, a economia mineira também era bastante direcionada para o meio doméstico (VISCARDI, 2012, p.33) e a suposta autonomia paulista perante o Governo Federal é, na realidade, superestimada (VISCARDI, 2012, p.42).

³⁸ Em **O Teatro das Oligarquias** somos apresentados a algumas hipóteses para a origem desse acordo “inter-oligárquico”. Temos, por exemplo, a suposição de que tal aliança teria sido concretizada antes mesmo da fundação da República. Outra teoria, a nós especialmente relevante, destaca o papel desagregador do senador Pinheiro Machado enquanto grande responsável por uma aproximação reativa de Minas e São Paulo. O experiente Pinheiro fazia o possível para agrupar “estados menores” (sobretudo no Norte e Nordeste do país) num eixo político alternativo liderado, é claro, pelo Rio Grande do Sul (VISCARDI, 2012, p.40).

eliminação da fraude eleitoral e o fortalecimento dos partidos políticos fora da estrutura governamental. O programa apresentava algumas imprecisas medidas para a proteção dos direitos dos trabalhadores. Além disso, Vargas, a princípio, adotou aquele rotineiro programa oposicionista e reformista, por causa de seu comprovado efeito como propaganda e da respeitabilidade política. Afastou-se, porém, desse ponto de partida, gradativa e pragmaticamente, à medida que isso foi-se tornando possível, distanciando do nacionalismo liberal-democrata ortodoxo no rumo de maior centralização do poder e da reforma social e planejamento econômico (...)

A verdade é que o nacionalismo democrático se encontrava em posição precária (...) faltavam-lhe vitalidade e coesão ideológica, além de estar dilacerado por complicações regionais e personalistas. (LAUERHASS JR, 1986, p.95,96)

7. A Frente Única Gaúcha.

A Aliança Liberal passou a ser comparada a uma espécie de ‘Arca de Noé’, onde cabiam ‘animais políticos’ de todas as espécies, de velhos oligarcas, como Arthur Bernardes, Epitácio Pessoa e Wenceslau Brás, a empedernidos insurgentes, como João Alberto e Siqueira Campos, incluindo ainda notórios liberais, como o jornalista Júlio de Mesquita e, em especial, Assis Brasil, que defendia em seus escritos teóricos a pureza do voto e da representação popular (LIRA NETO, 2012, p.341).

Do trecho acima, chamamos a atenção – como faz o autor – para a presença destacada de Assis Brasil entre os “animais políticos” mais exóticos a orbitarem a candidatura aliancista. De fato, a aparição do chefe libertador ao lado de alguns dos soldados mais fiéis do Partido Republicano é estarrecedora. Afinal, passados apenas sete anos da última Revolução, formava-se a FUG, frente ampla regional sem a qual a candidatura de Getúlio e João Pessoa jamais seria possível. Grande feito de Getúlio Vargas e sua mocidade republicana.

Vimos que o fundador do Partido Libertador teve papel decisivo quando das eleições de 1922 (enquanto candidato à presidência pela oposição) e na subsequente Revolução, em 1923. Todavia, antes mesmo de pegar em armas contra Borges de Medeiros, Assis Brasil já havia rompido não apenas com a ideologia oficial do partido que ajudara a criar, mas com seus antigos

companheiros de luta³⁹. Felizmente, o político de São Gabriel tem a diferenciá-lo dos seus pares uma vasta e importante produção intelectual na qual podemos visualizar, de forma especialmente cristalina, a evolução do seu pensamento político ao longo dos anos. Assis Brasil foi, também e acima de tudo, um teórico político de mão cheia cuja obra mais celebrada talvez seja a sua **Democracia Representativa** (1895) – sob o audacioso subtítulo “do voto e do modo de votar”. Uma obra panfletária, reeditada e traduzida pelo seu autor na esperança de fazer valer (na política brasileira a princípio, na América Latina por fim) a sua tão sonhada versão de República Federativa. Um sonho que, de alguma forma, foi realizado: perto do fim, Assis Brasil conseguiu ver muitas de suas ideias traduzidas no Código Eleitoral de 1932.

Pois é justamente pela relevância intelectual desse antigo propagandista da República, bastião, no Rio Grande do Sul, de uma corrente política que se convencionou chamar liberalismo, que o seu consentimento para com a agenda de Getúlio – e, porque não, a de Borges de Medeiros – se fez tão significativo. Um apoio que, naturalmente, não viria de graça: para selar o pacto derradeiro na política regional, isto é, para conceder a Getúlio Vargas, um discípulo do borgismo, a consagração política maior entre os gaúchos, os libertadores haveriam de cobrar um preço altíssimo. Aquilo que Lira Neto, autor cuja citação iniciou este tópico, chama de “tripla exigência programática”; três pontos fundamentais que deveriam ser incluídos na plataforma aliancista para que a oposição libertadora, enfim, cerrasse suas fileiras em torno da chapa Vargas-Pessoa.

Mas para um bom leitor não havia surpresas. Estava ali, há muito constavam nos escritos do septuagenário Assis Brasil: suas demandas seriam a defesa do voto secreto, o fim dos aparelhos repressivos pelo país e a anistia aos revoltosos de 1922 e 1924 (LIRA NETO, 2012, p.323). Um preço elevado a ser pago por um político que fizera carreira nos quadros mais ideológicos do PRR, da mocidade castilhistas à tropa de choque borgista na Assembleia, e que agora precisava costurar uma histórica aliança regional. Getúlio e seu estado-maior iriam, é claro, acatar às demandas oposicionistas: tanto já haviam comprometido para pôr de pé a sua

³⁹ Podemos encontrar um primeiro desentendimento sério ainda em 1891, às vésperas da constituinte estadual. À época, Assis Brasil e o cunhado, Júlio de Castilhos, seriam encarregados de escrever o anteprojeto da constituição estadual ao lado do companheiro Ramiro Barcelos (outro que não tardaria a engrossar as fileiras da dissidência). Castilhos, no entanto, assumiu para si a responsabilidade e concebeu ele mesmo um projeto à imagem daquilo que tentara concretizar na constituinte federal. Assis Brasil, por sua vez, desgostoso com o controle do cunhado e o direcionamento do seu texto constitucional, recusou-se categoricamente a assinar aquilo que considerou ser “uma extravagante mistura de positivismo e demagogia” (PINTO, 2019, p.252). Seria, é claro, apenas o primeiro choque direto entre os dois políticos republicanos, que viriam a se encontrar novamente em lados opostos quando da renúncia forçada de Castilhos, motivada por seu apoio ao golpe do Marechal Deodoro. Com o Patriarca deposto, seria instalado em Porto Alegre o chamado *Governicho*, junta política formada por Barros Cassal, pelo General Rocha Osório e por Assis Brasil com a missão de revogar a constituição de 14 de julho, o mandato do presidente e de deputados estaduais. Daqueles eventos revanchistas que antecederam a grande Revolução de 1893 (TRINDADE, 2007, p.367).

arca. Sabiam os republicanos gaúchos, por experiência própria⁴⁰, que conduzir o Rio Grande à peleia eleitoral sem uma política interna coesa seria o mesmo que lançar à própria sorte a caprichosa embarcação aliancista.

Sem embargo, resta-nos tentar assinalar o quão sentidas foram, a nível programático, essas últimas adições ao já carregado estandarte da Aliança Liberal. Em outras palavras, que significaria para os velhos (e novos) chimangos do estado, defensores históricos do castilhismo, abraçar pautas tão identificadas com “o lado de lá”? A seguir, algumas considerações sobre os termos da negociação levada a cabo pelas forças assistas e situacionistas em 1929.

Do voto secreto. Quem visita hoje a Igreja da Humanidade em Porto Alegre, templo de inspiração clássica tombado pelo Instituto do Patrimônio estadual, vê logo algumas das principais máximas positivistas conforme professadas pela ortodoxia comtiana. Assim sendo, acima do batente de cada uma das três largas portas que compõem a fachada do edifício, podemos ler: “ordem e progresso”, “viver para outrem” e “viver às claras”; os chavões do movimento⁴¹. Pois é a partir do último desses lemas – *viver às claras* – que pensamos abordar a questão da defesa ideológica, entre os positivistas gaúchos, do voto a descoberto. Nesse sentido, recorreremos à Carta estadual para compreender a interpretação oficial (lê-se, a interpretação de Castilhos) desse aforismo seguido como verdadeiro código de conduta pelos republicanos do Rio Grande do Sul.

O *viver às claras* está implícito, por exemplo, no inciso 6º do artigo 37: “as votações poderão ser simbólicas ou nominais, não sendo nunca permitido o escrutínio secreto. Sempre que os votos houverem de ser dados por escrito, serão devidamente assinados”⁴²; e, mais uma vez, no inciso 16 do artigo 71 (aqui referindo-se não ao exercício do voto, mas à liberdade de imprensa):

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes comuns que cometer no

⁴⁰ Refiro-me aqui à já citada Reação Republicana de 1922. Acontece que, no Rio Grande do Sul, o fracasso dessa primeira tentativa de chacoalhar o *status quo* republicano deve muito à falta de coesão no estado. Na oligarquia gaúcha, dividida, federalistas e dissidências do PRR insistiram em apoiar a candidatura oficial de Arthur Bernardes, ferindo de morte a frente oposicionista que se tentava fazer em torno de Nilo Peçanha (FRANCO, 1980, p.75).

⁴¹ E há outros. O templo, como não poderia deixar de ser, é repleto de símbolos e imagens que remetem aos dogmas da filosofia de Comte. Os degraus, que são treze, repetem lemas positivistas, os quadros e as esculturas espalhados pelo templo trazem personalidades importantes ao movimento; na parede vê-se o característico calendário de treze meses e, ao centro do “altar da humanidade”, têm local de destaque o busto de Augusto Comte e a alegoria em homenagem à Clotilde de Vaux, musa inspiradora do filósofo. Sobre a capela positivista e seu acervo, ver LEAL; PEZAT (1999).

⁴² Ambas as referências à Constituição gaúcha de 1891 foram retiradas de Rio Grande do Sul [Constituição (1891)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. (1895).

exercício dessa liberdade. Não é permitido o anonimato, cumprindo que os escritos sejam assinados pelos seus respectivos autores. Em lei especial serão determinadas as condições e penalidades referentes à obrigação imperiosa da assinatura.

De toda forma, parece plausível presumir a centralidade que esse conceito algo moralizante desempenhou na concepção política local: viver às claras era não apenas uma bandeira intelectual defendida pela situação, mas uma filosofia de vida complexa que deveria permear todos os aspectos da existência de um “cidadão moderno”. Nada que impressionasse um já desgostoso Assis Brasil, que, em 1895, em obra supracitada, criticou a posição dos antigos correligionários:

Os partidários do voto público dizem que com ele hão de levantar o moral do eleitor, permitindo aos independentes a satisfação de afirmarem alto e bom som a ideia que sufragam, obrigando os tímidos a terem a coragem das suas opiniões e os falsários e venais a fazerem confissão pública pela feia ação que praticaram. Querem os amigos do voto secreto que com este procedimento se consiga mais verdade no resultado eleitoral (...)

Dizem, por exemplo, que o voto às claras endireita o caráter; mas para mim, sem negar que em alguns casos possa aproximar-se desse efeito, creio bem que em muitos outros, e em maior número, há de agravar o cinismo do indivíduo que tiver de exibir com desprante opinião que sabidamente não for a sua (ASSIS BRASIL, 1895, p.93,94).

Na sequência, “quanto à liberdade que se pretende favorecer com o voto fechado”, um posicionamento igualmente crítico, mas profundamente liberal. O que segue talvez ajude a compreender os motivos que levaram Assis Brasil a, em um futuro nem tão distante, trazer à mesa de negociações a questão do voto secreto.

Não vejo que ela [a adoção do voto secreto] tenha evitado o espetáculo que todos nós conhecemos da arregimentação de rebanhos eleitorais, desfilando publicamente diante do chefe, ou do caixeiro de eleições, de quem recebem a ração de opinião que têm de deitar na urna. Eu sou amigo da liberdade em tudo aquilo que ela não ofende outra liberdade. A questão material em dar o voto eu a deixo inteiramente ao arbítrio de cada votante, apenas com as cautelas que a lei deve oferecer (...) deve deixar-se a inteira vontade do eleitor fazê-lo em casa ou no local da eleição, escrevê-lo por seu punho ou manda-lo escrever, fazer a leitura dele em alta voz ou não, assinar a cédula e depositá-la anônima, impressa ou manuscrita, aberta ou cerrada e no papel da cor e forma que lhe agradarem. Esse é o preceito mais liberal, sem perigo algum para a regularidade do processo e com a rara virtude de não ofender a idiosincrasia de ninguém. (ASSIS BRASIL, 1895, p.95).

Da anistia. Questão menos ideológica, o reiterado posicionamento de políticos do PRR pela não-anistia aos revoltosos se faz, talvez, mais fácil de compreender. A verdade é que as elites dominantes da Primeira República tendiam, por regra, ao conservadorismo, posição que só haveria de ser acentuada em um estado onde a *ordem* e o *progresso* encontraram terreno especialmente fértil para prosperar.

Assim sendo, seja na Assembleia Estadual, seja na Câmara dos Deputados, repetiam-se por parte dos parlamentares gaúchos de situação discursos duríssimos contra os revoltosos de 1922 e 1924. Ameaças à ordem que faziam lembrar – e muito – episódios recentes de aventuras revolucionárias no Rio Grande do Sul. Desses discursos, reproduzimos a seguir trechos de uma fala do então deputado federal Getúlio Vargas, em novembro de 1924. Na ocasião, provocado por um posicionamento polêmico do deputado gaúcho Venceslau Escobar, do PFR, Vargas pede a palavra para censurar (e expor) alguns membros da bancada gaúcha; todos, evidentemente, de oposição⁴³. O que se deu foi a recusa, por parte desses parlamentares, em apoiar uma simbólica *moção de solidariedade* feita pela Casa em homenagem ao Presidente da República quando dos levantes tenentistas daquele ano. No discurso, Vargas escancara a “dubiedade política que caracterizara em bloco, até então, toda a representação da Aliança Libertadora [os federalistas]”, que, segundo ele, andava “recebendo favores do governo e dizendo apoiá-lo, ao mesmo tempo que fazia zumbaias à revolução com a qual já havia entrado em conciliábulos secretos” (D’ARAÚJO, 2011, p.161).

A atitude da representação da Aliança Libertadora na Câmara dos Deputados perante a moção de solidariedade ao governo, apresentada pelo líder da maioria, merece uma análise minuciosa, pessoa por pessoa (...)

Representantes da Aliança Libertadora foram, portanto, francamente solidários com a revolução. Poder-se-á, analisando a atitude desses deputados, dizer que praticaram profundo erro de lesa-patriotismo; que rasgaram o Tratado de Pedras Altas; que faltaram aos compromissos assumidos para com o Sr. Presidente da República; que ludibriaram a nobre confiança que neles depositava o Sr. Ministro da Guerra (D’ARAÚJO, 2011, p.158).

Às acusações do republicano, segue-se uma longa troca de ataques entre os dois lados da representação gaúcha, com direito a apartes e protestos de vários membros da bancada (Collor, Simões Lopes, Artur Caetano, Batista Lusardo e outros; cada qual imputando ao adversário predicados de violência, perseguição política e revanchismo). O episódio mais

⁴³ Vargas o faz, é verdade, mas intercalando momentos de críticas severas a manifestações pontuais de estima para com seus conterrâneos. Dessa forma, Plínio Casado é “mestre de direito e de eloquência”, Artur Caetano, “inegavelmente a figura de mais prestígio na moderna geração do federalismo” e Maciel Júnior, o “mais astuto, mais hábil” dos deputados (D’ARAÚJO, 2011, p.158,159).

recente desse antagonismo interminável: as eleições intencionais de 1924, as primeiras desde a Revolução e reforma constitucional. Os federalistas, dessa forma, denunciavam casos de supostos abusos eleitorais por parte de políticos do PRR em diversas cidades gaúchas, do interior à capital, e nisso sustentavam a crença de que houvera flagrante descumprimento, por parte da União e situação estadual, do acordado Pacto de Pedras Altas.

Getúlio Vargas, é claro, se esforça para desmentir todas as acusações, exercendo um papel que tão bem fez por boa parte de sua vida parlamentar: a defesa sempre fiel do presidente Borges de Medeiros e seus correligionários no estado. Eis que uma bancada regional sequestrava a pauta da Câmara dos Deputados para lavagem de roupa suja. Praxe.

Passado este momento, fica claro o argumento do nosso orador: Getúlio quer insinuar que a falta de um posicionamento contundente por parte da oposição gaúcha é um sinal de apoio à bandeira revolucionária⁴⁴. Estariam os federalistas conspirando mais uma vez, desdenhando da boa-fé dos presidentes da República e do estado. Dizia ele, em 1924:

Como se vê, são frágeis os motivos a que se arrimam os deputados da oposição para justificarem o seu rompimento. Eles desejavam que o presidente da República interviesse em questões policiais, em questões respeitantes à autonomia do estado, atinentes à Justiça estadual. Esqueceram-se S.Exas. do que devem ao Sr. Presidente da República. E que lho devem eles? Devem-lhe, em primeiro lugar, o ter S.Exa. nobremente transformado a luta no Rio Grande do Sul, de contenda por meras competições pessoais, de simples tentativa de escalada ao poder, que ela foi (...) em uma luta nobre por princípios, pela reforma de leis, que a tolerância do presidente do estado aceitou, consolidando, assim, a paz no estado

Além disso, o Sr. Presidente da República deu-lhes anistia, prometeu-lhes fazer a avaliação dos bens danificados para a competente indenização (...) deu-lhes empregos públicos, concedeu-lhes amplas garantias eleitorais, de que abusaram. E, finalmente, o prestígio político que hoje desfrutaram. Mas os revolucionários não ficaram satisfeitos, porque não era precisamente o que eles queriam. Não desejavam seguir a orientação do Sr. Presidente da República; ao contrário, queriam que S.Exa. se orientasse pelos benefícios pessoais deles (D'ARAÚJO, 2011, p.177,178).

E conclui, citando nominalmente o próprio Assis Brasil:

Quando explodiu a revolução em São Paulo, em que todos os homens de responsabilidade política acorreram, trazendo a sua solidariedade aos poderes constituídos, o Sr. Assis Brasil, em uma carta enigmática dirigida ao *Correio do Sul*, órgão que representa o pensamento do federalismo, aconselhava a neutralidade perante a luta, até que se descobrisse de que lado estavam os altos interesses da nação. De modo que em uma luta em que estavam empenhados

⁴⁴ Decerto que a presença, no Uruguai, de alguns dos maiores líderes federalistas não fez favor nenhum à imagem conspiratória que tentavam evitar os acusados. Zeca Neto, Assis Brasil e Honório Lemos estavam, todos, do lado de lá da fronteira, oficialmente fugindo das perseguições políticas no Rio Grande do Sul (D'ARAÚJO, 2011, p.184).

os poderes constituídos da nação, o Sr. Assis Brasil ignorava de que lado estavam os interesses públicos!

A verdade, porém, é que os revolucionários de São Paulo, os do Rio de Janeiro e de outros estados, cujos movimentos explodiram no corrente ano, têm a mesma filiação espiritual – os mesmos sentimentos – dos revolucionários do Rio Grande do Sul de 1923; as mesmas ideias, os mesmos planos, os mesmos processos. Os revolucionários do Rio Grande do Sul insurgiram-se contra o poder constituído do estado e tentaram depô-lo; os revolucionários das outras partes do Brasil estão contra o governo constituído da República, que também pretendem depor e, com especialidade, os governos dos estados onde esses motins apareceram (...). Ambos usavam o mesmo verbalismo romântico, reclamando a liberdade, que para eles nada mais era do que o arbítrio e a licença prevalecendo sobre as exigências normais de uma sociedade organizada (D'ARAÚJO, 2011, p.182,185).

Desnecessário falar o quão irônico é isso tudo. Os políticos citados no discurso se tornariam aliados próximos na *Aliança*, enquanto a condenável baderna revolucionária, a solução final encontrada pelos conspiradores de 1930; todos liderados pelo mesmo Getúlio Vargas que agora pedia a palavra para censurar aqueles que apoiaram os revoltosos de 1922 e 1924, muitos dos quais, por sua vez, também marchariam sob seu comando. Dentro em pouco, e com efeito, estariam todos no mesmo barco.

Dos dispositivos autoritários. Mas se os governistas pendiam, por força do hábito, para a condenação dos *barulhos* naqueles anos de 1920, a oposição estadual movia-se, como sempre, em direção oposta. Logo, para além de terem feito a revolução estadual, estavam os libertadores rio-grandenses naturalmente próximos das demandas de 1922 e 1924. Lutavam por um saneamento moral, pela legitimidade da política brasileira e pela anistia, de tal modo que, dada a oportunidade, acrescentariam também o desmanche das leis repressivas à sua “lista de desejos” junto aos chefes aliancistas. Nada mais natural para esses “liberais ortodoxos” do que bater de frente contra heranças autoritárias que impedissem a organização e realização de suas pautas.

Decerto que “pelo fim das leis repressivas” é uma demanda bastante ampla, que mais parece atender a uma questão estrutural do que a um ponto programático propriamente dito. Isto posto, em Lira Neto – retornando a ele uma última vez –, temos um exemplo de alvo concreto das intenções assistas: a necessidade que viam em dar cabo, o quanto antes, à Lei Celerada (Lei Aníbal de Toledo), aprovada durante o governo de Washington Luís. O decreto nº 5.221, de 1927, possuía força de lei e dava poderes amplos para que o Governo Federal reprimisse reuniões de grêmios, associações, centros ou sociedades que promovessem os chamados *delitos ideológicos*. Visava, portanto, sanar (sob um ponto de vista bastante específico) uma emergente “questão social” e tinha por adversários prediletos os sindicatos e

movimentos tenentistas pelo Brasil⁴⁵. Daí a posição declarada de quadros do Partido Libertador em abolir esse e outros aparelhos legislativos que coibissem sua livre manifestação e revolta.

8. Um adendo para falar de economia.

Por mais que o mérito político de Vargas e sua *geração* deva ser reconhecido, não foi apenas à base dos conchavos e arranjos políticos, caixas de charutos e elogios, que se fez a paz no Rio Grande do Sul. Na realidade, houve de pronto um delicado cuidado por parte dos novos republicanos no poder para com a questão econômico-financeira no estado; demanda antiga de uma oposição que, como vimos, dizia-se francamente liberal⁴⁶. O que se deu foi a ação concreta, direta e cirurgicamente intervencionista de Porto Alegre numa profunda reestruturação econômica capitaneada pelo presidente estadual e seu secretário de finanças, o general e pecuarista Firmino Paim Filho. Poderosa e recorrente arma de persuasão utilizada pelo governo estadual, da qual faremos lembrar, por seu alcance e relevância, de apenas alguns pontos característicos.

É certo que desse verdadeiro arremate para a causa maior do governo Vargas – a reforma econômica enquanto acabamento ao projeto de pacificação – poder-se-ia escrever um trabalho inteiro. Naquilo que segue, no entanto, recorreremos com certa insistência a apenas dois autores em específico: Gunter Axt e Pedro Cesar Fonseca. Esse economista, aquele, historiador; gaúchos cujos textos ajudam a melhor compreender a economia do estado na Primeira República, suas limitações em Borges e o período de franca transformação que se sucedeu à chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1928.

Pois a questão econômica se fez fundamental durante toda a experiência política de Vargas. Desde a Assembleia estadual, passando pela Comissão de Finanças e Ministério, o político de São Borja foi sempre levado a encarar o assunto como matéria de primeira grandeza. Curioso se levarmos em consideração que Economia não era, a rigor da filosofia comtiana, uma ciência positiva: estaria, longe disso, numa categoria pré-científica. Pseudociência. Mas era essa, grosso modo, a ideologia oficial do PRR e é natural imaginar que faria também a cabeça de Getúlio, criatura de Borges de Medeiros, o mais fiel apóstolo do castilhismo no estado.

⁴⁵ Para o Decreto nº 5.221, ver *Portal da Câmara dos Deputados*. Arquivo, 1ª República (15.11.1889 - 16.07.1934), 12.08.1927.

⁴⁶ Liberalismo esse que, no Rio Grande, deve ser entendido quase que exclusivamente como a defesa da propriedade; ao menos no que diz respeito à economia. Estamos a falar de uma oposição composta majoritariamente por pecuaristas, estancieiros e agricultores da Campanha.

Nada obstante ao aparente desdém que tinha, por doutrina, para com a Economia, é certo que o trato das finanças parecia cair como luva para um político positivista como Getúlio Vargas (por mais que este repetisse, a esmo, nada entender do assunto). Fato é que os dogmas de Comte, com suas pretensões pragmáticas e moralizantes, ordeiras e responsáveis, seriam bem traduzidos para uma política econômica conservadora. Afinal, também as contas deveriam estar às claras.

Destarte que, enquanto ministro de Washington Luís, as prioridades do gaúcho seriam a estabilidade e a deflação, bem como o retorno ao padrão ouro, a exemplo do que fizeram outras tantas nações no pós-primeira guerra. Ou seja: nada de muito ousado em sua agenda econômica. Ainda assim, a fim de cumprir o *destino manifesto* do Rio Grande do Sul, o agora presidente estadual tratou de fazer concessões a suas crenças positivas. Adotou, desde o Palácio do Governo, práticas financeiras menos austeras e fez sacrifícios à agenda que trazia consigo desde os anos de formação. Não é surpresa: Getúlio Vargas seria conciliador até mesmo com suas ideias.

Suas perfilhações doutrinárias foram flexíveis; a ponto de se conciliarem ao pragmatismo. Mesmo o positivismo, ideologia oficial de seu partido, o PRR, defendido conscientemente ao longo da Primeira República, em suas mãos foi capaz de adaptar-se, moldar-se e transforma-se diante dos novos desafios e circunstâncias que iam se verificando em cada conjuntura: acrescentando novas interpretações a Comte, inicialmente, até o abandono como referência explícita em seus discursos, como aconteceu na década de 1930 (FONSECA, 2004, p.5).

Conservar melhorando já não bastava: era chegada a hora de alcançar o tão prometido progresso (aqui recorrendo a Comte). O primeiro desafio ia bem encaminhado – a pacificação parecia algo certo –, mas um segundo e claro empecilho prometia atravancar as tais forças progressistas no estado. O novo presidente herdara um Rio Grande à beira da falência (AXT, 2002, p.124).

Em Pesavento (1990), a autora até tenta trazer justiça à imagem de Borges de Medeiros, sempre apontado como símbolo de pragmatismo, austeridade, fidelidade e devoção; mas nada mais. Na obra, já citada neste trabalho, vislumbramos uma revisão dessa personagem histórica, a quem o texto atribui muito mais flexibilidade e habilidade política do que lhe concede a historiografia.

Enfim, o período de consolidação da República no Estado deve creditar sua institucionalização ao governo de Borges de Medeiros, não só através das práticas de coerção postas em vigor por seu inequívoco conteúdo autoritário,

mas sobretudo pelo sagaz estabelecimento de alianças e pela adoção de medidas práticas no plano econômico, social e político. A ele se deve, sem dúvida, a legitimação do PRR enquanto aparato hegemônico de sustentação do grupo republicano no poder (PESAVENTO, 1990, p.45).

Não obstante – e isso reconhece a autora – passados os anos áureos à frente do governo (algo como 1898-1920) tornar-se-ia inevitável não assumir o “lento desmoronar da máquina borgista”. Borges perdia enfim a salvaguarda da *eficiência*, ponto a que se apegava insistentemente para legitimar as sucessivas reeleições. A administração reta, competente, era não apenas um critério dogmático, mas um garantidor da própria existência de um regime que dizia pagar tributos a Comte. Era dessa forma que “ditaduras esclarecidas”, como a de Borges, poderiam – e deveriam – manter-se no poder enquanto fosse meritosa sua gestão. Não era mais. Neste trabalho, já comentamos de forma resumida alguns dos desafios enfrentados pelo líder chimango às vésperas de sua terceira reeleição. Convém agora abordar a questão por um outro viés. Afinal de contas, a crise gerada pela Revolução foi também econômica.

As hostilidades de 1923 prejudicaram a lavoura, o comércio e a indústria ao custo de desequilibrar as contas públicas e deflagrar uma grave crise orçamentária. A resposta do governo, por sua vez, foi não apenas insuficiente, como provou-se prejudicial a médio e longo prazo: emitiram-se apólices extraordinárias sem teto, causando a depreciação dos títulos públicos (AXT, 2002, p.122). Soma-se a isso o alarmante fato de a economia gaúcha depender sobremaneira da grande propriedade, especialmente na Campanha, centrada em poucos produtos como charque, couro e lã, exportados principalmente para o mercado nacional. Mais diversificada, a economia colonial (norte do estado) até dava sinais de promessa, mas não recebia a devida atenção de Porto Alegre. Porquanto, na economia gaúcha como um todo, existia ainda um grave empecilho para sua diversificação e desenvolvimento: era necessário expandir também o mercado consumidor, o que se provaria extremamente difícil em um Rio Grande que, por princípios, adotou o isolacionismo pragmático desde os primórdios da República.

Eram esses apenas alguns dos desafios assumidos pelo novo governo do estado, que via no socorro à economia gaúcha não apenas uma forma de contornar a problemática herança de Borges (sem alarde, é claro), mas uma condição indispensável para seduzir, premiar e manter envolvida a oposição. Dessa forma que,

ao assumir o governo, em janeiro de 1928, Vargas procurou, logo de saída, imprimir uma imagem de dinamismo, desengavetando antigos projetos, propondo novos, e incorporando reivindicações dos produtores

oposicionistas. Na pauta do momento, figuravam com destaque o serviço de transporte, o financiamento à produção agropecuária, de longa data em crise, e, embora menos falado, mas nem por isso menos angustioso, o saneamento do déficit estatal, caminho necessário para a elevação do nível das transações comerciais e financeiras no Rio Grande. Nas entrelinhas, tracejava-se novo desenho do aparelho do estado, através do alargamento do projeto intervencionista, de reformas tributárias e da construção de uma nova mística do poder (AXT, 2002, p.123).

Uma vez no Palácio do Governo, a despeito dos ocasionais “ressaibos de provinciano”, Getúlio Vargas foi e é lembrado como um progressista. Está dado por suas ações legalistas nas eleições de 1928 e pelo fino trato para com os opositores, sua marca registrada. Outrossim, no recorte estudado, os anseios progressistas de Getúlio estão presentes também em sua política econômico-financeira⁴⁷. Dona Alzira (em que pese, mais uma vez, a parcialidade do seu relato) retrata bem esse homem “pioneiro”, visionário. Segundo ela, Getúlio, seu pai, “obteve a trégua política que desejava e se dedicou inteiramente ao que sempre foi sua paixão: o progresso de seu estado e do país” (PEIXOTO, 1960, p.43).

Mas antes de adentrarmos, já em vias de conclusão, na oportuna criação do BERGS – o “corolário do processo intervencionista” estadual (AXT, 2002, p.124) – julgamos importante passear por algumas das muitas medidas ditas pioneiras adotadas pelo governo gaúcho entre os anos de 1928 e 1930. Essas que, efetivamente, ajudaram a criar e manter mais essa faceta do “mito Getúlio Vargas”: a de um governo infalível, “providencial e empreendedor” (AXT, 2002, p.134).

Estamos a falar, por exemplo, do impulso à agricultura num estado da pecuária e da carne, da assistência a uma incipiente indústria rio-grandense e da atenção para com a tal “questão social”, que, em Porto Alegre, já era uma realidade pelo menos desde as experiências grevistas de 1917 e 1919; estamos a falar da implementação revolucionária do crédito e dos financiamentos em larga escala, contrariando todas as boas práticas positivistas; estamos a falar, por fim, do incentivo à aviação por meio da proteção, apoio e expansão da Viação Aérea Rio-Grandense, a VARIG, criada em 1927. Afinal, os tempos eram outros, e a *Brazil Great Southern*, companhia férrea conhecida pelo lema “sai quando quer, chega quando pode”, já não parecia adequada para um Rio Grande que se tentava fazer moderno.

⁴⁷ Não ao acaso, Pedro Cesar Fonseca (2004) encontra, no governo regional de Vargas, ainda na primeira República, a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. O autor observa ali a existência simultânea da tríade *industrialização, intervencionismo e nacionalismo*, que, ladeada por uma ação concreta, consciente e deliberada do estado e seus agentes, assemelhar-se-ia grandemente aquilo que viríamos a conhecer como nacional desenvolvimentismo. Aponta, ainda, toda uma relação estrutural para com valores simbólicos e culturais, como aqueles propagandeados pelo castilhismo, borgismo e positivismo no estado.

9. Dos escombros do borgismo.

De fato, com Getúlio, tentava-se diversificar ao máximo a economia gaúcha. O governo fez o possível para incentivar o produtor local a cultivar o trigo, a tomar proveito do clima da Serra para a cultura de uvas e vinhos, a investir em uma estratégica indústria extrativista no vale do rio Jacuí, na altura de Porto Alegre (PEIXOTO, 1960, p.44,45.). Empreitadas que, sabemos hoje, tiveram todas algum grau de sucesso. Ainda assim, por mais que reinventar a economia fosse sim prioridade – a exemplo do protecionismo para com a incipiente indústria regional⁴⁸ –, os esforços maiores do estado foram, sem dúvida alguma, dedicados ao resgate da pecuária rio-grandense. Tinha de ser assim. A crise no setor era antiga e tem suas razões em um conjunto de motivos dos quais faremos lembrar apenas dois, mais imediatos: o contrabando e a insuficiência de crédito rural amplo e continuado para sustentar a grande produção.

Para compreender a centralidade da pecuária no Rio Grande do Sul – comumente manifestada em um valioso subproduto, o charque –, bem como o absoluto prejuízo que seu contrabando trouxe aos cofres públicos, é necessário retornar brevemente ao fim do século XVIII, quando as primeiras charqueadas foram introduzidas na Província. Ali, a criação de gado logo substituiu a preeminência da lavoura, mais por um golpe de sorte que pela pura qualidade do produto: eram os anos da grande seca no Ceará, até então expoente do charque nacional. Fato é que, a despeito da concorrência interna e externa (no caso, Platina), o Rio Grande do Sul logrou êxito ao dominar o setor, contando com um fluxo constante de exportações volumosas para o litoral brasileiro (LOVE, 1971, p.11). O charque gaúcho, portanto, ajudou a alimentar a sinistra massa de escravizados Brasil afora, de forma que, ao final do XIX, sua produção seria consideravelmente prejudicada pela Abolição – e não apenas pela redução da demanda, mas também pela falta de mão de obra; afinal, não restam mais dúvidas, houve sim **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** (CARDOSO, 1962).

Por mais que o fim do sistema e da economia escravistas tenham sido um duro golpe para a maior fonte de riqueza dos Pampas, prejuízo ainda maior era aquele que tinham de arcar os pecuaristas diante do indecente contrabando; problema de longa data que tampouco parecia

⁴⁸ Indústria que, no contexto da Primeira República do Brasil, deve ser entendida em um sentido mais amplo da palavra. Pois, “no início do século, a ideia da indústria não se achava particularmente associada à da atividade manufatureira, sendo muitas vezes estendida a outras formas de existência do capital ou ramos de atividade econômica que não o fabril” (PESAVENTO, 1990, p.40). Vale o esclarecimento.

próximo de um fim. Ocorria que, pelos desafios de logística de um Brasil continental, tornava-se especialmente difícil e custoso transportar o charque rio-grandense até os mercados compradores, mesmo em se tratando de transações quase que exclusivamente nacionais. Os produtos deveriam então atravessar a fronteira para, uma vez em portos platinos, embarcar rumo ao Brasil. O problema: era nesse momento que o charque nacional, devidamente produzido e transportado, era acintosamente acrescido do produto argentino e uruguaio, que, camuflado, não pagaria impostos de exportação.

Ciente da situação – e, mais importante, a quem ela afetava em particular –, o governo do presidente Vargas não perdeu tempo ao adicionar à sua reforma econômico-financeira, já em curso, uma intenção de reforma tributária, naturalmente aprovada por uma Assembleia povoada por pecuaristas e produtores rurais. Na prática, criava-se uma espécie de imposto de importação disfarçado, que, aliado a uma melhor infraestrutura de transportes e escoação, haveria de resolver o problema. Trocando em miúdos, o que se tinha era um retorno tímido à uma política que de liberal não tinha nada: Getúlio e sua equipe promoviam, na verdade, um retorno disfarçado a uma política econômica de traços intervencionistas, ainda que feito com cautela, dosado na medida certa para não pôr tudo a perder com a oposição (AXT, 1992, p.130).

Eis que a antiga rivalidade ganhava contornos típicos de um “toma lá dá cá” tão próprio da política como ela é. E não seria um caso isolado. Ainda em 1928, Getúlio Vargas convocaria a Assembleia dos Representantes de forma extraordinária, em junho⁴⁹, para solicitar a análise de um pedido de empréstimo a ser feito em nome do governo do estado junto a bancos estrangeiros. O valor: 42 milhões de dólares, a maior operação financeira já realizada no estado (por mais que a segunda parcela jamais tenha chegado a Porto Alegre; estourava a bolsa de Nova Iorque) (AXT, 1992, p.123). Tudo isso – e é importante que se diga – sem nenhuma canetada, medida autoritária ou intempestiva, ameaça, intimidação ou violência. Getúlio Vargas não era um caudilho; ao menos não à moda antiga. O fez com o consentimento da Assembleia, seguindo os devidos tramites legislativos e sendo aplaudido igualmente por aliados e opositores.

Finalmente, ao outro grande obstáculo enfrentado pelas classes produtoras no Rio Grande do Sul. À questão do crédito real, rural e hipotecário, ou, mais precisamente, à sua falta. É de se imaginar que o crédito, essa verdadeira promessa de um retorno futuro, recurso financeiro baseado tão somente na confiança para com a índole de um credor, não era lá bem visto pela ortodoxia positiva (tampouco eram, por sinal, os empréstimos recém contraídos pelo

⁴⁹ Como insinuado ao longo deste trabalho, a Assembleia estadual gaúcha era morna, restrita a assuntos orçamentários e bastante limitada diante de um Executivo estadual inchado. Reunia-se, sem precisar ser convocada, por apenas dois meses ao ano, sempre iniciando os trabalhos ordinários em um vinte de setembro. Podia, entretanto, ser prorrogada, e os parlamentares, convocados em caráter de excepcionalidade.

governo Vargas). Mas, para além de toda a desconfiança que pede uma abordagem austera e reta de economia, outro grande empecilho para operações do tipo no estado foi o próprio “fator Borges de Medeiros”. É dito que o ditador, enquanto esteve no poder, dificultou ou mesmo vetou, dos bastidores, o acesso de opositores a linhas de crédito e financiamentos. Sintoma dos tempos de rivalidade acirrada que vivia o Rio Grande do Sul. Soma-se a isso o fato de a própria orientação dos bancos regionais ser pautada, naqueles primeiros anos de República, por uma administração muito “mais empírica do que profissionalizada” (AXT, 1992, p.125).

É nesse cenário de insegurança e ineficiência bancária que, também em junho de 1928, cria-se o Banco do Estado do Rio Grande do Sul⁵⁰. O BERGS tinha dupla função: ser um banco central regulador, por um lado, e impulsionar a economia rio-grandense com empréstimos e financiamentos, por outro. Desta forma, a instituição financeira já nascia com a difícil missão de saldar os compromissos de bancos regionais necessitados, primeiro, e trazer maior independência financeira ao estado, agora sob índole fortemente empreendedora.

Entre erros e acertos, a despeito do que tinha de “providencial”, o mais novo banco estadual foi também o responsável por um delicado drama bancário no Rio Grande do Sul. Sem embargo, sua ação predatória ao longo dos anos, somada às vantagens naturais de ser esse um “banco oficial”, acabariam protagonizando uma competição desleal para com as demais instituições financeiras do estado; muitas casas bancárias faliram ou foram, em última instância, incorporadas ao que hoje conhecemos por BANRISUL⁵¹. Era impossível competir contra a segurança das garantias estatais, de forma que uma sentida consequência do BERGS foi também a asfixia do setor.

Dito isso, o mais novo banco do estado desempenhou um papel imprescindível para a modernização regional, financiando a agenda econômica da *nova* elite no poder e – talvez o mais importante – servindo como forte argumento aos céticos e hostis. Àqueles que duvidavam das intenções reformistas de Getúlio, que acreditavam ser ele apenas “um ditador número dois”, uma resposta categórica e definitiva. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul era símbolo concreto da ruptura que representavam Vargas, Aranha, João Neves e tantos outros à ordem estabelecida – uma em que eles próprios foram protagonistas.

⁵⁰ Decreto nº 4.079, de 22 de junho de 1928.

⁵¹ É o caso do Banco Pelotense, uma das mais sólidas instituições bancárias regionais. Fundado ainda em 1906, por muitos anos agente oficial do governo gaúcho, o Pelotense viria a enfrentar sérias dificuldades a partir dos anos vinte, até ser, finalmente, liquidado em 1931. Até aqui, uma história não muito diferente da de outros tantos bancos regionais, não fosse uma particularidade: segundo Boris Fausto, a situação no Pelotense era questão de honra para Getúlio Vargas. Conta o historiador, “embora sem maior comprovação”, que a falta de socorro do governo para com essa instituição histórica deve-se também ao fato de a família Vargas jamais ter perdoado a diretoria do banco pela morte do Coronel Antônio Sarmanho, gerente do Banco Pelotense em São Borja. O sogro de Getúlio suicidara-se, em 1921, meio a acusações de “desfalque” feitas pela instituição (FAUSTO, 2010, p.35).

Em suma, tratava-se de uma nova arquitetura econômico-financeira para o estado, que conversava, em escala maior, com uma outra: política, ideológica e institucional. Era esse um edifício construído tijolo a tijolo, com habilidade e paciência, e que, senão tinha um único engenheiro (como, de fato, não teve), tinha em Getúlio Dornelles Vargas seu inegável arquiteto. Um novo, pacificado e moderno Rio Grande do Sul, surgido diretamente “dos escombros do borgismo” (AXT, 1992, p.134) por aqueles que, por tanto tempo, ajudaram a manter de pé a estrutura hegemônica no estado.

Considerações finais

No dia 9 de outubro de 1930, o estado-maior revolucionário partia, enfim, rumo ao Rio de Janeiro. Era chegada a hora de se unir as demais forças políticas, civis e militares que por tanto tempo conspiraram contra o poder constituído do presidente da República, Washington Luís, vitorioso após fazer nas urnas o seu sucessor. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, outro presidente – o dos gaúchos –, afastava-se uma última vez do governo do estado. Para a cadeira vaga em Porto Alegre, Getúlio Vargas confiara ao amigo Oswaldo Aranha (e não João Neves da Fontoura) a dura missão de se abster da peleia revolucionária para dar continuidade administrativa a uma gestão curta, mas verdadeiramente transformadora. A verdade é que, antes mesmo de tornar a República velha, Getúlio Dornelles Vargas havia tornado obsoleta a Primeira República em seu próprio estado; o fez, é claro, à sua maneira. Acabava aqui uma experiência republicana marcada pelo antagonismo político profundo, pela violência, convulsões sociais e autoritarismo. A Revolução, com efeito, começou no Rio Grande do Sul.

Não obstante, neste trabalho, procuramos apontar não apenas as rupturas promovidas por Vargas e seu entorno para com a agora velha gestão republicana: a nós interessou mostrar, também, as suas continuidades. Tentamos assinalar os constantes acenos do presidente Getúlio à hierarquia, à tradição e aos dogmas castilhistas ainda não de todo esquecidos por uma geração especialmente comprometida com a mudança. Apresentamos, por fim, a despeito do que tinha de contraditório, o retorno tímido da máquina pública, em Vargas, ao intervencionismo estatal; marca infame – ainda que não exclusiva – da *ditadura* de Borges de Medeiros. Tudo isso, vale dizer, vindo do mesmo habilidoso político que, desde o Piratini, logrou êxito ao costurar uma inédita frente ampla regional, reinventou a atrasada economia gaúcha e fez lançar, pela primeira vez, um Rio Grande do Sul unido ao posto mais alto da política nacional.

Ao fim e ao cabo, o governo estadual de Getúlio Dornelles Vargas (1928-1930), mesmo incompleto, atropelado pelos rumos da História e suas oportunidades, representou uma decisiva, porém parcial ruptura para com a Primeira República no Rio Grande do Sul. Um feito repleto de contradições, é verdade, daqueles que só as figuras mais complexas são capazes de proporcionar. Afinal, e disso já sabíamos, não é nada fácil escrever sobre Getúlio.

Fontes.

Jornais

A Federação, Porto Alegre.

A Noite, Rio de Janeiro.

Correio Paulistano, São Paulo.

Obras impressas

AITA, Carmen; AXT, Gunter (orgs). **Getúlio Vargas: discursos** (1903-1929). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas, perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias** - volume 2: a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FRISHAUER, Paul. **Presidente Vargas**. Tradução de Mário da Silva e Brutus Pedreira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

LAUERHASS JR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho**. Tradução de Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1971.

NETO, Lira. **Getúlio (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. 2012.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1891)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1895.

Referências bibliográficas.

ABREU, Luciano A de. Vargas: nova diretriz política para o Rio Grande? **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol. 22, n. 1, p. 77-94, 1996.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Democracia Representativa: do voto e do modo de votar**. 3. ed. revisada. Paris: Guillard: Aillaud. 1895.

AXT, Gunter. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 29, p. 119-139, 2002.

BAKOS, M. M. O Continuismo Administrativo no Governo Municipal de Porto Alegre: 1897-1937. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol.13, n.2, p. 161–194, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: DIFEL, 1962.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FONSECA, P. Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004.

_____. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**. 15:225-256, 2004.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. GOMES, Angela de Castro; MOURÃO, Alda (orgs.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Pp. 55-93.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Marta. Uma nova ‘velha’ República: um pouco de história e historiografia. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF** (Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, nº. 26, volume 13, janeiro de 2009. Pp. 01-14.

LEAL, E.; PEZAT, P. A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo. **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 7, n. 11, p. 172–180, 1999.

PESAVENTO, Sandra. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

PINTO, Francisco R. M. “A Constituição castilhistas de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 118, jan. /jun. 2019, p. 245-292.

SANTOS-FERNANDES, Marcio Ronaldo. Getúlio Vargas antes do Varguismo: Caudilhismo e Ideologia entre 1907 e 1930 a caminho do Catete. DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

TRINDADE, Hégio (org). **Positivismo: teoria e prática**: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. 2 ed. ampliada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, vol.25, n. 2, p.12-36, 2019. E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024.

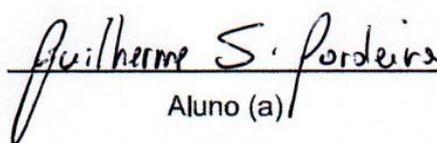
WIRTH, J. D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira: 1889-1937. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Declaração de autenticidade

Eu, **Guilherme Siqueira Cordeiro**, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **O governo regional de Getúlio Vargas e a pacificação do Rio Grande do Sul (1928-1930)**, foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 06 de fevereiro de 2023.

Guilherme Siqueira Cordeiro


Aluno (a)